



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A VIVÊNCIA DA MATERNIDADE NO PROCESSO DE GRADUAÇÃO E
O PAPEL EXERCIDO PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL**

BRASÍLIA
2023

BEATRIZ CORRÊA DA LUZ COSTA

**A VIVÊNCIA DA MATERNIDADE NO PROCESSO DE GRADUAÇÃO E O PAPEL
EXERCIDO PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social pela
Universidade de Brasília, sob orientação da Prof.
Thayane Duarte Queiroz.

BRASÍLIA

2023

BEATRIZ CORRÊA DA LUZ COSTA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília, sob orientação da Prof. Thayane Duarte Queiroz.

Aprovado em ___/___/___

Prof^a. Dra. Thayane Duarte Queiroz
Universidade de Brasília
Orientadora

Prof^a. Dra. Liliane Alves Fernandes
Universidade de Brasília
Avaliadora interna

Prof^a. Ms. Ana Carolina Costa Cunha
Universidade de Brasília
Avaliadora externa

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à Prof^a. Dra. Thayane Duarte Queiroz, pela excelente orientação e dedicação que recebi durante esses últimos meses.

Agradeço aos meus pais, família e amigas pelo suporte e apoio. Sou grata à equipe da DACES (Diretoria de Acessibilidade) onde realizei meu estágio obrigatório, aos meus professores e colegas de turma pelos momentos de aprendizado e convivência nesses anos.

Por fim, agradeço às minhas entrevistadas que se disponibilizaram a prestar seus depoimentos.

*“Pois, se somos mulheres, pensamos
no passado através da nossa mãe”*

(Virginia Woolf).

RESUMO

O ingresso ao ensino superior (e até mesmo o acesso à educação básica) já foi uma regalia de um grupo social seletivo, predominantemente de homens brancos, pertencentes aos estratos socioeconômicos mais elevados. Esse cenário foi sendo modificado ao decorrer do tempo e, atualmente, a maioria do corpo discente do ensino superior é feminino. Entretanto, isso não significa que não existam obstáculos para a permanência das mulheres no meio acadêmico devido ao seu gênero, em particular no caso de alunas que são mães ou gestantes. O presente o objetivo da pesquisa é investigar as vivências e adversidades advindas da gestação e maternidade no espaço acadêmico, pelas discentes de graduação da Universidade de Brasília, do campus Darcy Ribeiro, e problematizar o alcance e os limites das políticas de assistência estudantil da UnB para estas mulheres. E por conta de esse ainda ser um tema pouco explorado, trazer maior visibilidade para a fala dessas alunas, suas experiências e demandas é outro propósito do estudo. A pesquisa é de caráter exploratória e qualitativa, e dispôs-se de uma investigação bibliográfica e documental juntamente com uma pesquisa de campo qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas com graduandas que são mães da UnB, por meio virtual.

Palavras-chave: Maternidade. Política de Assistência Estudantil. Gênero. Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

Admission to higher education (and even access to basic education) was once a privilege for a selected social group, predominantly white men, belonging to the highest socioeconomic strata. This scenario has changed over time, and currently, the majority of the higher education student body is female. However, this does not mean that there are no obstacles for women to remain in academia due to their gender, particularly in the case of students who are mothers or are pregnant. The present objective of the research is to investigate the experiences and adversities arising from pregnancy and motherhood in the academic space, by undergraduate students at the University of Brasília, on the Darcy Ribeiro campus, and problematize the scope and limits of UnB's student assistance policies for these women. And because this is still a little explored topic, it brings greater visibility to the speech of these students, their experiences and demands is another purpose of the study. The research is exploratory and qualitative and consists of a bibliographical and documentary investigation along with qualitative field research, based on semi-structured interviews with undergraduate students who are mothers at UnB, via virtual means.

Key-words: Maternity. Student Assistance Policy. Gender. Sexual Division of Labour.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Propaganda de 1965, Live Better Electrically

20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- A autopercepção do preconceito em relação aos pais na academia	34
Gráfico 2 - Percentual de gênero no corpo discente da Universidade de Brasília	40
Gráfico 3 - Percentual quanto à etnia/raça do corpo discente da Universidade de Brasília	41
Gráfico 4 - Distribuição da população de 25 anos ou mais agrupada por raça/cor e gênero por nível de escolaridade	42
Gráfico 5 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e realização de afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente ou de tarefas de cuidado de moradores, ou de parentes não moradores	42
Gráfico 6: Declaração étnica das entrevistadas	51
Gráfico 7: Percentagem de discentes que ingressaram na UnB por meio de cotas	51
Gráfico 8 - Percentual de discentes que já foram beneficiadas por programas da política de assistência estudantil	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BCE Biblioteca Central da UnB

CEP/CHS Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais

CMUnB Coletivo de Mães da Universidade de Brasília

CNI Confederação Nacional da Indústria

EC Emenda Constitucional

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

FE Faculdade de Educação

FECLESC Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central

IBGE Instituto Nacional de Geografia e Estatística

ICC Instituto Central de Ciências

INEP O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEDF Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

OECD Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS Organização Mundial da Saúde

PNADCA Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAES Política Nacional de Assistência Estudantil

PNAS Política Nacional de Assistência Social

UNB Universidade de Brasília

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

TMC Transtornos Mentais Comuns

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - QUESTÃO DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MATERNIDADE NO BRASIL	16
CAPÍTULO 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO PARA A PERMANÊNCIA DE DISCENTES GESTANTES E MÃES NO ENSINO SUPERIOR	29
CAPÍTULO 3 - AS EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DAS DISCENTES MÃES E GESTANTES DA UNB, EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
Referências Bibliográficas	66
ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil, ao longo de sua história, foi predominantemente reservado aos homens pertencentes às camadas mais privilegiadas da sociedade. No entanto, atualmente, um panorama significativamente transformado se revela, com as mulheres representando uma parcela majoritária do corpo discente nas instituições de ensino superior no país, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Apesar desses avanços, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas devido à persistência das desigualdades de gênero, mesmo após sua entrada nos domínios acadêmicos e no mercado de trabalho.

No contexto específico do espaço acadêmico, as estudantes do sexo feminino se deparam com obstáculos adicionais para concluir seus cursos, obstáculos que se tornam ainda mais acentuados durante períodos de gestação e maternidade. Isso se deve, em grande parte, à contínua preservação de papéis sociais de gênero arraigados, que imputam às mulheres a responsabilidade primordial pela criação e cuidado com os filhos. Assim, as discentes que são gestantes ou mães enfrentam desafios substanciais para conciliar suas responsabilidades familiares com as demandas acadêmicas.

Nesse contexto, as políticas de assistência estudantil emergem como um fator crítico para garantir a permanência das discentes gestantes e mães nas universidades. Essas políticas têm como objetivo central a promoção da inclusão social e a democratização das condições de permanência no ambiente universitário, conforme estabelecido no Art. 2º do Decreto N° 7.234 (BRASIL, 2010). Através do suporte financeiro, psicológico e logístico, essas políticas podem mitigar as desigualdades de gênero que persistem no âmbito acadêmico.

Através da condução de uma revisão sistemática da literatura, constatou-se a existência de uma notável lacuna no que tange ao debate acerca das Políticas de Assistência Estudantil — PNAES voltadas para gestantes e mulheres em situação de maternidade no contexto da Universidade de Brasília (UnB). Nesse sentido, faz-se imperativo destacar a pertinência e relevância de empreender pesquisas que visem a compreensão das adversidades decorrentes da gestação e da maternidade no âmbito acadêmico, particularmente por parte das estudantes de graduação da mencionada instituição de ensino superior.

Desse modo, o objetivo da pesquisa é investigar as vivências e adversidades advindas da gestação e maternidade no espaço acadêmico, pelas discentes de graduação da Universidade de Brasília, do campus Darcy Ribeiro, regulares no 1º

semestre de 2023 e problematizar o alcance e os limites das políticas de assistência estudantil da UnB para estas mulheres. Quanto aos objetivos específicos, segue abaixo:

- Analisar a divisão sexual do trabalho, com enfoque nas relações de gênero, identificando padrões de desigualdade e transformações socioeconômicas;
- Investigar alguns dos desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras em relação à maternidade, examinando políticas públicas, normas trabalhistas e aspectos socioculturais.
- Investigar as políticas de assistência estudantil existentes no Brasil que visem promover a inclusão, o acesso e a permanência de discentes gestantes e mães no ambiente do ensino superior, por meio de uma revisão sistemática da literatura e documentos;
- Averiguar os possíveis desafios enfrentados por discentes gestantes e mães no contexto do ensino superior brasileiro, identificando as principais barreiras que podem influenciar sua permanência acadêmica; e,
- Analisar a percepção das discentes, mães e gestantes da Universidade de Brasília (UNB) em relação às políticas de assistência estudantil, identificando os principais desafios e obstáculos enfrentados por esse grupo específico, a fim de compreender de que forma tais políticas atendem ou deixam lacunas em relação às suas necessidades e demandas particulares.

A partir destes objetivos geral e específicos se problematiza: qual o alcance e os limites da política de assistência estudantil na Universidade de Brasília, tendo como referência de investigação as vivências e experiências das discentes da UnB, campus Darcy Ribeiro, regulares no 1º semestre de 2023? Esse questionamento traz o núcleo central do problema que se investigou no decorrer desta pesquisa, todavia, outras indagações também foram relevantes para o processo investigativo, entre elas:

- Como a divisão sexual do trabalho e as relações desiguais de gênero reverberam socialmente? Quais são os desafios mais prementes que as mulheres brasileiras enfrentam em relação à maternidade? Como as políticas públicas têm abordado essa questão, e em que medida os aspectos socioculturais desempenham um papel nesse cenário?
- Quais são as políticas de assistência estudantil atualmente implementadas no Brasil, visando promover a inclusão, o acesso e a permanência de discentes gestantes e mães no ambiente do ensino superior? Como essas políticas foram abordadas na literatura e em documentos acadêmicos por meio de uma revisão sistemática?
- Quais desafios podem surgir para as discentes gestantes e mães que buscam cursar o ensino superior no Brasil? Quais são as principais barreiras que podem afetar negativamente sua trajetória acadêmica?
- Qual é a percepção das discentes, mães e gestantes da Universidade de Brasília (UNB) em relação às políticas de assistência estudantil? Quais são os principais

desafios e obstáculos enfrentados por esse grupo específico, e como as políticas existentes atendem ou deixam lacunas em relação às suas necessidades e demandas particulares?

As circunstâncias que motivaram a escolha desse tema, se deu na convergência de uma inclinação natural às questões de gênero e das mulheres, com a influência da disciplina de Pesquisa Social 2, na qual se realizou uma pesquisa com discentes da UnB sobre a percepção dos mesmos quanto às políticas de assistência estudantil da instituição.

Neste sentido, este estudo adota uma abordagem de pesquisa de caráter exploratório qualitativo, fundamentando-se na teoria do materialismo histórico dialético, embasado em uma revisão bibliográfica e documental e complementado por um componente de pesquisa de campo. O campo de investigação envolveu a condução de entrevistas semiestruturadas com graduandas da Universidade de Brasília (UnB) que se encontram em situação de maternidade, sem restrição quanto à idade dos filhos. Deste modo visou-se nesta pesquisa ampliar a visibilidade de uma problemática substancial e conferir voz às experiências e reivindicações das mães universitárias.

A revisão bibliográfica e documental foi realizada a partir de instrumentos de busca online, como o Google, Google Acadêmico, o portal eletrônico de periódicos científicos SciELO (Scientific Electronic Library Online), e o site do IBGE. As principais palavras utilizadas na busca foram, maternidade, divisão sexual do trabalho, política de assistência estudantil, gênero, feminismo, entre outras.

A disseminação dos formulários de inscrição para a entrevista foi feita por meio de mensagens distribuídas em grupos de WhatsApp compostos por graduandos da UnB, bem como na página do Instagram direcionadas aos discentes da UnB. Além disso, panfletos informativos foram afixados nas entradas dos Institutos Centrais de Ciências (ICC) nas versões Sul e Norte, assim como na Biblioteca Central Estudantil (BCE) da instituição.

Neste contexto de divulgação, foi providenciada uma breve contextualização acerca do tema relacionado ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e da finalidade da presente pesquisa. Tal contextualização foi acompanhada de um link direcionando para um formulário de inscrição disponibilizado on-line. Este formulário destinava-se à inscrição por parte das estudantes interessadas em participar do estudo.

A coleta de dados começou após a obtenção da aprovação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS). As entrevistas foram

conduzidas de maneira virtual, usando as plataformas Teams e Google Meet, sendo registradas para posterior transcrição e análise.

Crê-se que o arcabouço teórico/metodológico, os dados e a pesquisa de campo possibilitaram estabelecer aproximações fundamentais para se compreender a essência do objeto de pesquisa.

Portanto, acredita-se que a pesquisa em questão pode ter potencial para gerar valiosas contribuições tanto no âmbito teórico quanto prático profissional. Seu escopo visa estabelecer uma sólida fundamentação destinada a orientar futuros profissionais envolvidos no cuidado e assistência a mulheres grávidas e em situação de maternidade. Ademais, esta pesquisa se mostra relevante ao oferecer uma análise aprofundada do contexto em que as estudantes envolvidas se encontram, com o propósito de fornecer insights essenciais para o desenvolvimento e aprimoramento de estratégias e políticas institucionais, notadamente aquelas relacionadas à assistência estudantil.

Tendo em vista a melhoria dos mecanismos destinados a assegurar a permanência dessas mulheres no ambiente acadêmico, em consonância com suas necessidades específicas, realizar o estudo contribui substancialmente para tornar o acesso e a permanência no ensino superior mais inclusivo e democráticos. Nesse contexto, a pesquisa em pauta desempenha um papel preponderante na promoção da igualdade de oportunidades educacionais e na efetivação dos princípios fundamentais que norteiam a educação como um direito universal e inalienável.

Por fim, esta pesquisa está organizada em três capítulos: o primeiro aborda as relações entre gênero, divisão sexual do trabalho e a maternidade; no segundo capítulo, o enfoque foi na implementação das políticas de assistências estudantis no contexto brasileiro; e o terceiro e último capítulo, trouxe a investigação acerca da política de assistência estudantil na UnB e as falas das estudantes mães, provenientes das entrevistas.

CAPÍTULO 1 - QUESTÃO DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MATERNIDADE NO BRASIL

Neste capítulo se apresentam os conceitos de gênero, divisão sexual do trabalho e maternidade, e uma análise dessas questões, que foram referenciados ao longo de todo o estudo; além dos principais marcos do movimento feminista e conquistas dos direitos das mulheres, iniciando-se de uma perspectiva mundial até focalizar-se o movimento no contexto brasileiro.

É necessário destacar, que durante boa parte da história da humanidade, as mulheres estiveram sob o regime de sociedades patriarcais, nas quais eram os homens que detinham o poder de decisão, tanto numa escala individual: em que a mulher pertencia, quase que literalmente, ao seu pai e mais tarde ao seu marido (um exemplo disso é que o acesso à educação ou possuir um conta no banco, requeriam a permissão do pai e/ou marido); quanto em uma escala coletiva com as decisões públicas tendo sido tomadas apenas por homens, já que apenas eles poderiam votar, ou concorrer a cargos políticos (NICODEMO, 2010). A visão era a de que a esposa pertencia ao marido como se fosse sua propriedade:

O patriarcado instaura a inferioridade da mulher no grupo social, sua capacidade de participar ativamente nas funções do grupo é colocada em dúvida pelo poder masculino, sendo essa relegada, então, ao espaço privado, passando a ser incluída subjetivamente como propriedade do homem. Dessa forma, as desigualdades de gênero vão sendo produzidas, consolidadas pelas relações sociais, políticas, econômicas e estabelecidas juridicamente, nos códigos de leis das sociedades civilizadas. (IOP, p. 232, 2009)

A dominação historicamente exercida sobre as mulheres, fundamentada na concepção de sua inferioridade inerente devido às diferenças sexuais biológicas em relação aos homens, foi amplamente aceita como uma prerrogativa natural ao longo da história. Como resultado dessa visão arraigada, uma clara demarcação dos papéis sociais entre os sexos emergiu, o que atualmente compreendemos como construção social de gênero. Este paradigma começou a ser desafiado e criticado, sobretudo no início do século XX, com o advento do movimento feminista, um movimento social que se empenhou e ainda se empenha na promoção dos direitos das mulheres e na eliminação das disparidades de gênero impostas pela ordem patriarcal (CARLOTO, 2001).

Os debates sobre gênero ganharam força à medida que as feministas contestaram a noção de que as diferenças biológicas não justificavam desigualdades sociais profundamente arraigadas. Eles começaram a questionar as restrições impostas às mulheres em várias esferas da vida, incluindo educação, trabalho, participação política e autonomia sobre seus próprios corpos. Essa análise crítica lançou luz sobre a complexa

interação entre fatores biológicos, sociais e culturais na construção do gênero, destacando a arbitrariedade das normas de gênero previamente aceitas.

O movimento feminista contemporâneo continua a desafiar ativamente as estruturas patriarcais que perpetuam a desigualdade de gênero. Ele busca não apenas a igualdade legal e a eliminação da discriminação de gênero, mas também a transformação das normas culturais e sociais que sustentam o sistema de gênero binário e hierárquico. À medida que essa crítica persiste e evolui, novas perspectivas emergem, enriquecendo nosso entendimento das complexidades das identidades de gênero e das interações entre gênero e poder na sociedade contemporânea. A célebre frase, a qual é vastamente utilizada em debates feministas, de Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. (2014, p. 312)

Beauvoir, então, contrapõe a essa visão patriarcal naturalista vigente do seu contexto histórico, afirmando que a definição de mulher, e do papel social esperado dela, não é definido pela determinação biológica, mas sim fabricado pela sociedade. A sua afirmação ainda ressoa gerações depois e continua a ser usada como base para discussões sobre gênero. Beauvoir (2014) exprime a hierarquia nas relações de gênero quando comenta que o homem, o sexo masculino, é reconhecido como ser humano, e as mulheres são o segundo sexo, ou seja, uma segunda classe em relação aos homens, um pouco menos humanas. Esta análise traz a problematização das desigualdades sociais de gênero presentes na sociedade, em especial a capitalista.

Desse modo se vê que a construção de gênero é produto das relações sociais, além de ser “[...] a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência.” (CARLOTO, 2001, p. 202). Isso porque as relações gênero em sociedades patriarcais preconiza uma hierarquização, no qual o sexo masculino é tido como o superior e dominante em relação ao feminino. Desta forma, o gênero seria um conjunto de características, de qualidades, e do papel social que deve ser desempenhado por cada sexo. Nessa categorização hierárquica entram o temperamento, as vestimentas, as profissões, os passatempos diários e até mesmo as cores. Desta forma,

A tentativa de construir o ser mulher enquanto subordinado, ou melhor, como diz Saffioti (1992), como dominada-explorada, vai ter a marca da naturalização, do inquestionável, já que dado pela natureza. Todos os espaços de aprendizado, os

processos de socialização vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se sobretudo na determinação biológica. A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade. (CARLOTO, 2001, p. 203)

A classificação patriarcal dos gêneros, que historicamente relegou os homens à esfera pública e as mulheres à esfera privada, resultou em uma divisão sexual do trabalho que teve implicações profundas na estrutura da sociedade. Esta divisão implicava que os homens eram considerados os provedores naturais de suas famílias, com acesso privilegiado à vida política, ao mercado de trabalho e à academia. Consequentemente, os homens desfrutavam de oportunidades e direitos significativamente superiores aos das mulheres. Conseguiram tomar decisões em questões sociais e políticas, formular leis e exercer controle sobre suas famílias na esfera privada (CARLOTO, 2001).

Por outro lado, as mulheres eram confinadas às responsabilidades da esfera privada, principalmente às tarefas domésticas e ao cuidado da família. Mesmo quando algumas mulheres tinham acesso à educação e desfrutavam de uma posição social mais privilegiada, era raro que suas vozes e opiniões fossem ouvidas na esfera pública. O sistema de papéis e obrigações de gênero rigidamente diferenciado estabelecia um paradigma no qual os homens ocupavam a esfera pública, enquanto as mulheres eram relegadas à esfera privada, o que perpetuava a desigualdade de gênero. Assim, segundo Carloto, (2001, p. 205), “Esta diferença de poder torna possível a ordenação da existência em função do masculino, em que a hegemonia se traduz em um consenso generalizado a respeito da importância e supremacia da esfera masculina.”

A análise dos papéis de gênero e da divisão sexual do trabalho, inseridos no contexto histórico e material da sociedade capitalista, é uma empreitada essencial para compreender as dinâmicas que moldam as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. A estrutura do modo de produção capitalista exerce uma influência profunda e ampla nessa construção social, permeando não apenas as esferas econômicas, mas também delineando os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos nessa sociedade. Conforme destacado (IOP, 2009, p. 209), as bases econômicas representam “[...] um dos principais imperativos dessa materialização, definindo a divisão social do trabalho no grupo, papéis sociais e o status social dos indivíduos nesse mesmo grupo.”

É relevante salientar que o papel social desempenhado pelas mulheres não permaneceu inalterado ao longo dos séculos, sofrendo variações significativas. Mesmo antes da sociedade capitalista, a participação feminina na economia e no mercado de

trabalho já demonstrava sua relevância socioeconômica, especialmente nas classes trabalhadoras em períodos anteriores ao advento do capitalismo.

A MULHER das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental. (SAFFIOTI, 1976, p. 17)

Esse dado histórico demonstra que as mulheres não são meras espectadoras das mudanças econômicas e sociais, mas agentes ativos que desempenham funções cruciais na estruturação da sociedade, embora frequentemente subalternizadas e desvalorizadas. Segundo Saffioti (1976) no sistema capitalista, especificamente no processo de industrialização, as mulheres foram encorajadas, em especial as mais abastadas, a assumir as responsabilidades domésticas e de cuidado. Nas terras norte-americanas, após o período da Primeira Guerra Mundial, nasce o “american way of life”, ou o sonho americano, que prometia como a máxima realização pessoal:

[...] a prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como a rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a nova parafernália de eletrodomésticos que o boom econômico possibilitava. (PINTO, 2003, p. 41)

No período abordado, ocorreu uma proliferação significativa de campanhas midiáticas destinadas a promover e perpetuar a concepção convencional de que o papel preponderante da mulher estava estritamente vinculado às funções de dona de casa, esposa e mãe, configurando-se como o auge de sua realização pessoal e social. Este fenômeno, frequentemente designado como a “mística feminina”, refletia as normas de gênero profundamente enraizadas na sociedade da época (FRIEDAN, 1971). Tais narrativas midiáticas não apenas consolidavam estereótipos de gênero, mas também atuavam como poderosos instrumentos de controle social ao restringir as aspirações e oportunidades das mulheres, limitando-as a um papel estritamente doméstico. Como pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 1 - Propaganda de 1965, Live Better Electrically



Fonte: Envisioning the American Dream, 2014

Essa percepção da mulher como essencialmente ligada ao lar e à família foi amplamente difundida mediante veículos de comunicação, como mostrado na imagem em questão. Tais representações exacerbavam a conformidade e a submissão das mulheres a uma visão heteronormativa e patriarcal da sociedade, desvalorizando suas potencialidades e restringindo suas opções de vida. Esse paradigma repressivo não apenas perpetuou a desigualdade de gênero, mas também limitou o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, enfatizando sua subordinação em relação aos homens.

É crucial ressaltar que a resistência a esses estereótipos foram fundamentais para o movimento feminista que emergiu nos anos subsequentes. Portanto, a análise crítica dessas propagandas midiáticas do passado é essencial para compreender como as

narrativas de gênero foram construídas e disseminadas. As desigualdades de gênero refletem não apenas as relações de poder arraigadas no sistema capitalista, mas também a interseção entre as estruturas de classe e gênero, que perpetuam hierarquias sociais e restringem o pleno desenvolvimento do potencial feminino.

Pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos têm constatado que a divisão das tarefas domésticas ainda tende a seguir padrões relativamente tradicionais. Mesmo nas casas onde as mulheres têm um ganho financeiro maior do que os maridos, ou mesmo naquelas onde os maridos estão desempregados, elas realizam uma quantidade muito maior de atividades no trabalho doméstico que eles. (WAGNER, et. al., 2005, p. 182)

A persistência da desigualdade na divisão do trabalho doméstico é um indicativo preocupante da contínua presença do machismo na sociedade contemporânea. Embora tenhamos testemunhado avanços notáveis nas últimas décadas, com mulheres conquistando uma parcela significativa da força de trabalho e, conseqüentemente, alcançando maior autonomia e independência econômica, as estruturas patriarcais perduram de maneira sutil e disfarçada. Isso se torna evidente ao observarmos os resultados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a 2022, que revelam que, em média, as mulheres ainda dedicam 21,3 horas semanais às atividades domésticas, enquanto os homens destinam apenas 11,7 horas, uma discrepância aproximada da metade. (PNAD, 2022)

A preservação dessa disparidade nas responsabilidades domésticas não apenas reflete a perniciosa influência do machismo, mas também lança luz sobre a persistência de normas de gênero profundamente arraigadas na sociedade. A ideia de que a manutenção do lar e os cuidados com os filhos são exclusivas obrigações femininas continua a prevalecer, apesar das transformações sociais e econômicas significativas. Isso, por sua vez, compromete a equidade de gênero, uma vez que a carga desproporcional de trabalho não remunerado impede que as mulheres alcancem todo o seu potencial no mercado de trabalho e contribui para a manutenção das disparidades salariais e de oportunidades entre os sexos.

Além disso, é crucial considerar que essa persistente desigualdade na divisão do trabalho doméstico tem implicações diretas na qualidade de vida das mulheres. A sobrecarga de responsabilidades pode levar a um maior estresse, esgotamento físico e mental, bem como a uma limitação das oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Portanto, o cuidado e criação dos filhos, o exercício da maternidade, ainda é visto como algo entrelaçado com a natureza do gênero feminino:

[...] costuma-se pensar e afirmar, com muita naturalidade, que o amor materno é um sentimento inato à natureza feminina [...] independentemente das condições

objetivas/subjetivas vivenciadas” (SANTOS, 1998, p.100 *apud* SANTOS, 2019, p. 2)

A divisão de tarefas domésticas, desde a fase inicial da vida, é uma questão profundamente enraizada na sociedade e merece uma análise crítica. Desde a infância, os papéis de gênero são frequentemente reforçados, criando uma distinção clara nas expectativas e responsabilidades atribuídas a meninos e meninas. Esse fenômeno é evidenciado até mesmo na escolha de brinquedos, onde as meninas são frequentemente presenteadas com bonecas de bebê e utensílios de cozinha, enquanto os meninos são direcionados para brinquedos relacionados a atividades mais “masculinas”. Essa abordagem perpétua estereótipos de gênero e, por sua vez, promove a ideia de que as tarefas domésticas são exclusivamente responsabilidades das mulheres (BRABO & DA SILVA, 2016). E o padrão se repete quanto às brincadeiras: “As meninas têm liberdade para ser cozinheiras, cabeleireiras, [...] mães que limpam seus filhos, enfermeiras, etc., e os meninos são livres para ser [...] bandidos, policiais, ”super-homens”, [...] ou qualquer outro elemento da fauna agressiva.” (MORENO, 2003, p. 32)

A imposição desses estereótipos de gênero desde a infância cria uma base prejudicial para a divisão de deveres domésticos na vida adulta. Quando as meninas são condicionadas a brincar com bonecas e utensílios de cozinha, estão sendo, de certo modo, preparadas para assumir as tarefas domésticas no futuro, enquanto os meninos são afastados desse aprendizado. Isso resulta em uma clara desigualdade de gênero no que diz respeito à distribuição das responsabilidades no lar, contribuindo para a perpetuação de uma cultura de desigualdade de gênero.

Para diminuir essa disparidade de gênero na divisão de tarefas domésticas, é fundamental questionar e desafiar os estereótipos de gênero impostos desde a infância. Devemos promover uma educação que incentive a igualdade de gênero e a divisão justa das responsabilidades no lar, independente do sexo.

Em uma pesquisa realizada pela PNAD em 2002, obteve-se os dados de que “[...] cerca de 80% das filhas cuidam das tarefas domésticas da casa, pouco menos de 38% dos filhos o fazem.”, e foi apontado que muitas meninas começam a ser responsáveis pelo trabalho doméstico a partir dos 9 ou 10 anos (BRUSCHINI, 2009). Isso demonstra que a socialização das crianças tende a reproduzir papéis de gêneros patriarcais, nos quais garotas continuam a ser mais incentivadas ao papel de cuidadora e a serem responsáveis pelos afazeres domésticos em comparação aos meninos; esse cenário solidifica a crença de que a maternidade é de constituição inata e natural ao gênero feminino, como na expressão “instinto materno”.

A vivência da maternidade passou por transformações ao longo da história. De acordo com Badinter (1985), na Europa durante os séculos XVII — XVIII as mulheres abastadas deixavam os filhos recém-nascidos sob tutela de amas de leite e cuidadoras. No ano de 1780 em Paris, das 21 mil crianças que nasceram, cerca de 19 mil foram enviadas para casas de amas e menos de mil foram amamentadas pelas próprias mães. (BADINTER, 1985, n.p). A escolha por não amamentar era, inclusive, uma forma de distinção social das mulheres de classes mais abastadas

Em primeiro lugar, as mulheres (e, portanto, as famílias) que se acreditavam acima do vulgo, consideravam pouco digno amamentarem elas mesmas os filhos. Como as damas da nobreza há muito tempo haviam dado o exemplo, essa negligência tornara-se rapidamente uma marca de distinção para as demais. Amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade. (BADINTER, 1985, n.p)

A configuração do atual imaginário popular associado à maternidade tem suas raízes na resposta a demandas societárias prementes que emergiram em um contexto europeu marcado por uma diminuição significativa da população. O declínio populacional foi consequência direta das tragédias humanitárias que assolaram a Europa, no período descrito, incluindo fome, doenças e conflitos armados, juntamente com uma alta taxa de mortalidade infantil. Diante deste cenário desafiador, emergiu a necessidade de que as mulheres abastadas assumissem um papel central no cuidado de seus filhos. Nesse contexto, a maternidade tornou-se não apenas uma questão de escolha pessoal, mas uma responsabilidade social intrínseca à preservação e revitalização da sociedade.

A necessidade de assegurar a continuidade demográfica e o desenvolvimento futuro da nação estimulou a idealização da maternidade como um dever cívico, uma vez que os filhos eram vistos como os pilares da reconstrução da sociedade. Essa pressão sobre as mulheres abastadas para se dedicarem ao cuidado materno foi, portanto, uma resposta direta às condições adversas que assolaram a Europa, bem como uma estratégia de sobrevivência para a sociedade em crise.

Tratava-se, em um primeiro momento, de convencer as mães a amamentarem seus filhos. No entanto, esta tarefa foi se ampliando, com a ajuda da construção de discursos tão ideológicos quanto, porém recobertos ora com uma roupagem religiosa e, posteriormente, com uma roupagem científica (da medicina e, mais tarde, do campo psi). Assim, não apenas exigiu-se da mulher amamentar sua cria, mas cada vez mais, no decorrer do tempo, foram solicitadas atividades de educação, formação do caráter, etc. (ZANELLO, 2016, p. 105)

No entanto, é crucial adotar uma perspectiva crítica ao examinar que as mulheres de baixa renda já possuíam a responsabilização pelo cuidado dos filhos, essas eram frequentemente relegadas ao papel de cuidadoras, enquanto suas próprias aspirações e

desejos eram subjugados. Portanto, a concepção da maternidade se mostra como uma construção social, possível de ser moldada de acordo com interesses políticos.

Em uma sociedade permeada pelo patriarcado, persiste de maneira flagrante a desigualdade de gênero na divisão das responsabilidades relacionadas à criação e cuidado das crianças. Tal desigualdade se reflete no fato de que, frequentemente, as mães carregam um ônus desproporcional, enquanto os pais, em muitos casos, são alheios ou isentos dessa carga. Esta dinâmica reforça a sobrecarga que recai sobre as mulheres e perpetua o estigma da maternidade como uma incumbência exclusivamente individual.

Além disso, é evidente a falta de uma abordagem institucional eficaz na mitigação dessa disparidade de gênero e na promoção de um ambiente mais inclusivo e igualitário. A ausência de políticas públicas e estratégias concretas para apoiar mães e gestantes resulta em sua exclusão social de espaços públicos e econômicos, limitando suas oportunidades e agravando ainda mais as desigualdades sociais.

Essa realidade complexa e contraditória enfrentada pelas mães é intrinsecamente ligada à questão social. Ela não apenas reflete a persistência de normas de gênero arcaicas, mas também aponta para a necessidade urgente de uma transformação social e política que reconheça e valorize o papel das mulheres na sociedade de maneira mais equitativa.

O conflito entre trabalhar/estudar/sair de casa para fins diversos e cuidar dos filhos é refração da “questão social”, tem relação direta com a posição historicamente ocupada pela mulher em nossa sociedade patriarcal, que atribui a elas o papel social de cuidadora e responsável pelo denominado trabalho reprodutivo (tarefas domésticas) reforçando assim uma injusta divisão sexual do trabalho. (DIAS, SOARES, 2019, p. 2)

Na sociedade contemporânea, caracterizada pelo sistema econômico capitalista e arraigada em estruturas sociais historicamente patriarcais, subsiste uma disparidade significativa de gênero que perpetua a exploração das mulheres em diversos âmbitos. Uma das manifestações mais prementes desse desequilíbrio reside na exploração do trabalho não remunerado, notadamente relacionado às atividades domésticas e ao cuidado de familiares. As mulheres continuam a suportar uma carga desproporcional dessas responsabilidades não pagas, limitando substancialmente suas oportunidades de participação plena e igualitária na força de trabalho formal.

Essa exploração sistemática do trabalho não remunerado das mulheres resulta em uma marginalização persistente no mercado de trabalho. As mulheres são frequentemente relegadas a ocupações de menor remuneração e status, e suas

perspectivas de ascensão na hierarquia ocupacional são frequentemente obstaculizadas por estereótipos de gênero arraigados.

É crucial destacar que essa exploração das mulheres no contexto do trabalho não remunerado e a subsequente marginalização no mercado de trabalho não são meros acidentes, mas sim reflexos de uma estrutura social profundamente enraizada e de desigualdades estruturais. Segundo Saffioti (1976, p. 18),

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, a medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

Além de serem as grandes responsáveis pelo trabalho não remunerado, as mulheres enfrentam discriminação no mercado de trabalho, tendo em média uma remuneração de 77, 7% dos homens (IBGE, 2018), são a maioria de trabalhadores no mercado informal (OECD, 2020), o que já implica numa maior instabilidade profissional e vulnerabilidade quanto à proteção dos direitos trabalhistas, e ocupam somente 29% dos cargos de liderança nas indústrias do Brasil (CNI, 2023).

Todavia, o valor social da maternagem não é completamente despercebido, e chega a existir a profissão de mãe social, o que também exemplifica como o exercício do cuidado continua a ser vinculado às mulheres. As mães sociais são trabalhadoras que atuam junto a crianças em situação de vulnerabilidade em lares de acolhimento para menores, e suas atribuições são, conforme a Lei n.º 7.644, Art. 4º: “I — propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados; II — administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;” (BRASIL, 1987).

Essa profissão é presente em diversos países, demonstrando a universalidade da “demanda” e importância do cuidado “materno”. Desse modo, o fato de que o Estado regularizou a maternidade/maternagem como profissão revela que ele não é ignorante quanto à importância/necessidade social desse cuidado, mas ainda não responde às demandas de gestantes e mães de maneira satisfatória.

Um exemplo de como a função de maternagem e do cuidado não são estimados, é o de que as mães sociais que possuem salários baixos e um excesso de responsabilidades (CASAGRANDE, 2013). Outras ocupações profissionais que são

majoritariamente compostas por mulheres também costumam receber salários menores. (LEUZE, Strauß, 2016)

O debate sobre o que é ser mulher, gênero, sobre os deveres e instintos “naturais” como a maternidade, a indagação do porquê da diferença entre os direitos constitucionais de homens e mulheres, a contestação da exclusão (ou limitação) das mulheres da vida pública: do mercado de trabalho, da política, da educação e também a ânsia de adentrá-lo foram levantados durante anos, mas foi no começo do século XX, em que todas essas questões se avolumavam em diferentes países e o movimento feminista nascia.

O movimento avançava em diferentes países, inicialmente em países europeus e nos Estados Unidos, que vinha ganhando força com a mobilização do sufrágio feminino, movimento que lutava pelo direito das mulheres poderem votar e se candidatar nas eleições eleitorais. Sendo assim, o direito ao voto foi uma conquista quanto ao reconhecimento das mulheres como cidadãs e para o início da sua inserção no mundo público, ademais, a mobilização quanto o direito do acesso à educação foi outro ponto distintivo dessa primeira fase do movimento feminista, que tinha seu enfoque em questões de naturezas cíveis e jurídicas. (RIBEIRO et al., 2021)

A segunda onda do movimento feminista, que se desdobrou entre as décadas de 1960 e 1980, emergiu como um catalisador de mudanças sociais significativas ao reivindicar uma série de direitos reprodutivos e igualdade de gênero para as mulheres. Esta fase crítica do feminismo lutou arduamente pela disponibilidade de contraceptivos, a descriminalização do aborto, a liberdade sexual, a autonomia no mercado de trabalho, a igualdade salarial com os homens, o direito ao divórcio e a erradicação da violência sexual e doméstica. Em última análise, essa onda representou uma contestação vigorosa às normas de gênero arraigadas e à subjugação histórica das mulheres (RIBEIRO et al., 2021).

A transição para a terceira onda feminista, que se manifestou principalmente nas décadas de 1980 e 1990, revelou uma evolução nas preocupações e abordagens do movimento. Nesse contexto, o feminismo expandiu seu escopo para incluir uma análise mais profunda das construções sociais de gênero e questionou a rigidez dos papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres. Esta fase revisitou discussões cruciais sobre a fluidez de gênero, identidade de gênero e o reconhecimento da interseccionalidade, incorporando as experiências de mulheres de diferentes origens étnicas, culturais e sociais. A terceira onda feminista, assim, representou um passo

crítico em direção a uma compreensão mais complexa das questões de gênero na sociedade contemporânea (RIBEIRO et al., 2021).

Atualmente, algumas autoras designam que já se vive um quarto momento do movimento (CHAMBERLAIN, 2017), que trazem discussões sobre a cultura do estupro, inclusão e a interseccionalidade, o último sendo um termo cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw que o conceitua como:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (2002, p. 177)

Assim, a interseccionalidade é usada como uma ferramenta de análise, ao considerar como diferentes eixos de opressão (gênero, classe, raça, religião, orientação sexual) atuam em conjunto sobre a realidade social, sendo, desse modo, necessário analisar juntamente essas estruturas, em vez de individualmente para uma compreensão mais rica. Além disso, a quarta onda também é caracterizada pelo uso das redes sociais como meio de comunicação, espaço de troca de informações, vivências, politização e mobilização.

O movimento feminista no Brasil, surgido no início do século XX, tem suas raízes vinculadas à influência das ondas sufragistas que se propagavam globalmente na época. Em 1932, um marco importante foi alcançado com a legalização do voto feminino por meio do Decreto n.º 21.076 (BRASIL), um avanço significativo na conquista dos direitos políticos para as mulheres brasileiras. É relevante notar que, nesse estágio inicial, as lideranças do movimento eram predominantemente mulheres pertencentes às classes médias e altas, muitas delas provenientes de famílias com histórico de intelectuais e políticos brasileiros (MATOS, 2010).

Contudo, a mobilização feminista no Brasil só ganharia maior visibilidade e solidez décadas mais tarde, durante o período da ditadura militar. Em 1972, na cidade de São Paulo, emergiu um dos primeiros grupos feministas do país (ALVES, 2013). Um dos momentos cruciais na luta pelos direitos das mulheres no Brasil ocorreu em 1977, com a promulgação da Lei n.º 6.515, popularmente conhecida como a “lei do divórcio”. Essa legislação não apenas assegurou o direito à dissolução do casamento, mas também

garantiu às mulheres o direito de trabalhar sem a necessidade de autorização do cônjuge, promovendo assim maior autonomia feminina (BRASIL, 1977).

A Constituição Federal de 1988 marcou um marco significativo na consolidação dos direitos das mulheres no Brasil, estabelecendo princípios fundamentais para a igualdade de gênero. O Artigo 5º da Constituição proclamou o princípio da igualdade entre homens e mulheres, fornecendo uma base sólida para a luta contínua contra a discriminação de gênero no país. Além disso, o Artigo 7º garantiu o direito à licença maternidade, inicialmente estabelecida em 120 dias, uma importante conquista que foi posteriormente estendida para 6 meses por meio da Lei n.º 11.770, promulgada em 2008 (BRASIL).

Essas medidas legislativas representaram avanços notáveis na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento da autonomia das mulheres no contexto brasileiro. No entanto, é fundamental reconhecer que o Brasil ainda enfrenta desafios significativos relacionados à violência de gênero. O país possui índices alarmantes de casos de violência contra a mulher, ocupando uma posição preocupante em rankings internacionais. Para abordar essa questão, em 2006, foi promulgada a Lei n.º 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Essa legislação introduziu medidas protetivas, prevenção e punição para casos de violência doméstica, representando um passo importante na proteção das mulheres contra a violência de gênero (BRASIL, 2006).

A criação da Lei do Feminicídio em 2015 (Lei n.º 13.104), que qualifica o assassinato de mulheres por razão de gênero como crime hediondo. Para ser qualificado como tal é averiguado se existia um histórico de “violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015) foi outra vitória na luta pelos direitos das mulheres. E no ano passado, 2022, o STF decidiu que acesso a creches (educação básica) é um direito fundamental e o Estado deve assegurar que as demandas por vagas sejam atendidas.

No entanto, é vital ressaltar que a implementação eficaz dessas leis e a mudança cultural são fundamentais para garantir a plena eficácia na proteção dos direitos das mulheres. A persistência de altos índices de violência de gênero indica a necessidade de um compromisso contínuo em todos os níveis da sociedade brasileira, desde o sistema de justiça até a conscientização pública, para diminuir a discriminação de gênero e garantir a igualdade de direitos para todas as mulheres.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO PARA A PERMANÊNCIA DE DISCENTES GESTANTES E MÃES NO ENSINO SUPERIOR

Nesse capítulo será apresentado a evolução das políticas e ações de assistência estudantil em âmbito nacional, com enfoque no ensino superior e na Universidade de Brasília. Além disso, será analisado o avanço quanto a oferta de políticas e serviços às discentes, gestantes e mães.

As políticas de assistência são imprescindíveis para mitigar a premente desigualdade social que prevalece no Brasil. Dentre essas políticas, destaca-se a política de assistência estudantil como um instrumento fundamental na efetivação do direito à educação de caráter universal. É através dessa política que se torna viável a inserção e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ambiente acadêmico.

Tais medidas contribuem para superar algumas das barreiras que obstaculizam o pleno acesso à educação por parte da população, permitindo, assim, a inclusão de grupos minoritários em esferas anteriormente inacessíveis, notadamente no contexto acadêmico. Além disso, tais políticas culminam na formação de um corpo discente plural e diversificado, conferindo à comunidade acadêmica uma perspectiva mais crítica e interseccional, fundamentada nas distintas experiências vivenciadas pelos estudantes. As políticas de assistência estudantil desempenham um papel crucial na promoção da mobilidade social de indivíduos pertencentes a estratos sociais vulneráveis (NUNES e SILVA, 2020).

A Política Nacional de Assistência Estudantil no Brasil possui uma trajetória marcada por avanços significativos ao longo de sua história. Desde o período colonial até os dias atuais, a assistência estudantil desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação, bem como na garantia de condições para a permanência dos estudantes nas instituições de ensino.

As ações de assistência estudantil no Brasil datam de um longo tempo atrás, sendo uma das primeiras realizadas no início do século XX, mais precisamente em 1928, com a Casa do Estudante Brasileiro, localizado em Paris; esta “[...] era destinado a auxiliar estudantes brasileiros que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em fixar residência” (COSTA, 2010, p. 55).

As primeiras iniciativas relacionadas à assistência estudantil foram de natureza específica e focalizadas às camadas mais privilegiadas da sociedade, as quais, concomitantemente, tinham um acesso predominante ao ensino superior.

Em 1931, durante o primeiro mandato do governo de Getúlio Vargas, observou-se a primeira tentativa de formalização de políticas de assistência estudantil por meio do Decreto n.º 19.851, o qual previa a alocação de recursos financeiros para amparar estudantes em situação de vulnerabilidade econômica (LIMA, 2002). Outro ponto de relevância histórica reside na criação da Casa do Estudante do Brasil, instituição filantrópica inaugurada nos primórdios da década de 1930 na cidade do Rio de Janeiro.

Esta entidade desempenhava um papel crucial ao prestar auxílio a estudantes de baixa renda, incluindo a gestão de um refeitório popular frequentado tanto por alunos quanto por membros da comunidade local. Embora tenha recebido generosas doações federais durante o governo de Vargas, é importante salientar que a Casa do Estudante do Brasil jamais manteve uma conexão direta com a administração pública, conforme relatado por Araújo (2007).

A década de 1950 marcou o início de um notável período de expansão no estabelecimento de instituições de ensino superior em todo o território nacional, um processo que se estendeu até a década de 1970. Em virtude desse aumento substancial na oferta de ensino superior, verificou-se a entrada de estudantes provenientes de estratos sociais menos favorecidos nas universidades; dando origem a um movimento de mobilização por parte dos discentes, que buscavam reivindicar direitos relacionados à assistência estudantil e políticas que propiciassem a inclusão efetiva no ambiente acadêmico.

Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual conferiu o status de direito à assistência estudantil, conforme documentado por Costa (2010). Essa articulação resultou, em 1970, na criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), cuja finalidade era atender às necessidades dos estudantes universitários, incluindo questões relacionadas à moradia e alimentação. No entanto, no final da década de 1980, o DAE foi extinto.

Nesse mesmo período, com o fim do regime ditatorial militar, observou-se um aumento na mobilização de diversos segmentos da sociedade, culminando na criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Este fórum promoveu uma série de eventos e encontros nos quais foram discutidas questões relacionadas à assistência estudantil.

Mais recentemente, em 2007, foi instituído o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que estabeleceu políticas de assistência a alunos de baixa renda dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES). A normativa determina o oferecimento de auxílio nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à

saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2007), sendo o seu objetivo à prevenção da evasão escolar:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010)

Ao analisar o decreto que estipula o PNAES, notou-se que o auxílio à creche seria o único segmento voltado para mães, e tem o seu acesso restrito, com o(a) estudante beneficiado tendo que ser oriundo(a) da rede pública da educação básica, ou ter uma renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Uma das problemáticas que essa restringência econômica traz, é que se a renda passar um pouco do limite o acesso é vetado, mesmo que não signifique que o(a) discente tenha recursos financeiros que permitam pagar a mensalidade total de uma creche particular. Outro, porém, seria que no caso de uma mãe solo residir com a família e a renda ultrapassar o limite, também não necessariamente significaria que a estudante receberia apoio financeiro dos familiares, e poderia apresentar a demanda pelo auxílio creche sem se adequar aos requisitos estabelecidos.

A Universidade de Brasília (UnB), enquanto instituição de ensino pública, possui uma política de assistência estudantil desde a sua fundação, em 1962. É importante destacar que a assistência estudantil, embora fundamental, não resolve as desigualdades educacionais e /ou sociais; que possuem raízes estruturais. Deste modo, essas políticas devem minimizar a reverberação da desigualdade social, a qual exerce influência direta sobre certos grupos, notadamente os quilombolas, povos indígenas, população afrodescendente, comunidade LGBTQIA+ e as mulheres.

Consoante ao delineamento exposto, é oportuno enfatizar que, apesar dos avanços substanciais na trajetória rumo à obtenção de direitos equitativos para as mulheres, ainda subsistem desafios significativos; estes se interligam intrinsecamente à sua identidade de gênero, criando obstáculos substanciais no acesso e na manutenção em instituições de ensino superior, especialmente quando vinculados ao contexto da maternidade e/ou da gestação. Já se tem certas garantias institucionais para acolher discentes, mães e gestantes, como a Lei n.º 6.202, que determina o direito à licença maternidade por 90 dias:

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares [...] Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico,

poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto. (BRASIL, 1975)

Durante o presente período, é observado que as estudantes enfrentam a necessidade de participar de avaliações e exames no ambiente domiciliar. Dentro deste espectro, as estudantes da UnB que são mães possuem acesso a alguns benefícios como o Programa Auxílio Creche (PACreche); este provê um subsídio financeiro no montante de R\$ 450,00 para estudantes matriculadas em cursos regulares e que se encontram em condição de vulnerabilidade socioeconômica, que são responsáveis legais por crianças com até 5 anos (UnB, Resolução nº 0060/2017, 2017). Cumpre ressaltar que o acesso à creche pública é garantido tanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Adicionalmente, a disponibilização de creches nas instituições de ensino superior é estabelecida pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em vigor desde 2010.

Atualmente, em 2023, a Universidade de Brasília (UnB) implementou diversas medidas voltadas para o suporte às suas alunas mães e gestantes, visando proporcionar condições adequadas para sua permanência na instituição. Uma dessas medidas consiste na disponibilização de uma sala na Faculdade de Educação (FE) destinada ao cuidado de crianças, permitindo que as mães frequentem suas aulas com a devida assistência para seus filhos.

Além disso, foram instalados fraldários em alguns dos prédios da universidade, facilitando a tarefa de cuidar dos bebês durante as atividades acadêmicas. Em 2023, a UnB inaugurou 41 novos fraldários nos banheiros de suas instalações e planeja a construção de mais 38 até o final do ano (SARMENTO, 2023).

Adicionalmente, a universidade tem um projeto de construção de uma creche localizada no campus Darcy Ribeiro, bem como de um Centro de Pesquisa em Primeira Infância. Essas iniciativas visam atender às necessidades das alunas e funcionárias da UnB que são mães, bem como oferecer serviços à comunidade do Distrito Federal. (CORREIOBRAZILIENSE, 2021)

Vale destacar que algumas dessas conquistas foram resultados da mobilização do Coletivo de Mães da universidade (CMUnB), que teve seu início em 2018 como um grupo de WhatsApp destinado às alunas mães da UnB. Ao longo do tempo, o coletivo expandiu sua atuação, envolvendo também docentes, e construiu uma rede de apoio entre suas participantes. Conseqüentemente, algumas alunas se engajaram na defesa dos direitos e

interesses desse coletivo, resultando no reconhecimento e atendimento de demandas específicas das discentes, mães e gestantes pela universidade (UNB NOTÍCIAS, 2023).

Uma iniciativa de notável relevância para promover a visibilidade dos direitos associados à maternidade e estimular o diálogo em torno deste tema é a realização de um levantamento que identifique as estudantes em situação de maternidade, um aspecto que, até o momento, carece de abordagem apropriada na Universidade de Brasília (UnB). Esta universidade tem um projeto para obtenção desses dados cruciais para uma melhor compreensão do perfil e das demandas delas no espaço acadêmico. Ademais, há também o projeto de Lei 254/20, que:

[...] obriga o poder público a assegurar à aluna gestante ou lactante acesso à educação básica, profissional, superior e especial. O objetivo é fornecer meios para que essas alunas não interrompam os estudos durante a gravidez ou lactação. A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — [Lei 9.394/96](#)) e está sendo analisada pela Câmara dos Deputados. (Agência Câmara de Notícias, 2020)

O projeto de lei ainda não foi aprovado, mas caso concretizado será uma conquista para a ampliação do acesso à educação de alunas, mães e gestantes, sendo uma medida vital para refrear os casos de evasão escolar.

A relação entre a maternidade e a evasão escolar é influenciada por uma série de fatores, destacando-se entre eles a persistente cultura machista que atribui principalmente às mães a responsabilidade pelo cuidado e criação dos filhos. Além disso, observa-se uma carência de recursos de apoio, tais como vagas em creches públicas, períodos de licença maternidade e paternidade insuficientes, ausência de instalações adequadas nos estabelecimentos de ensino, como banheiros com fraldários, entre outras questões.

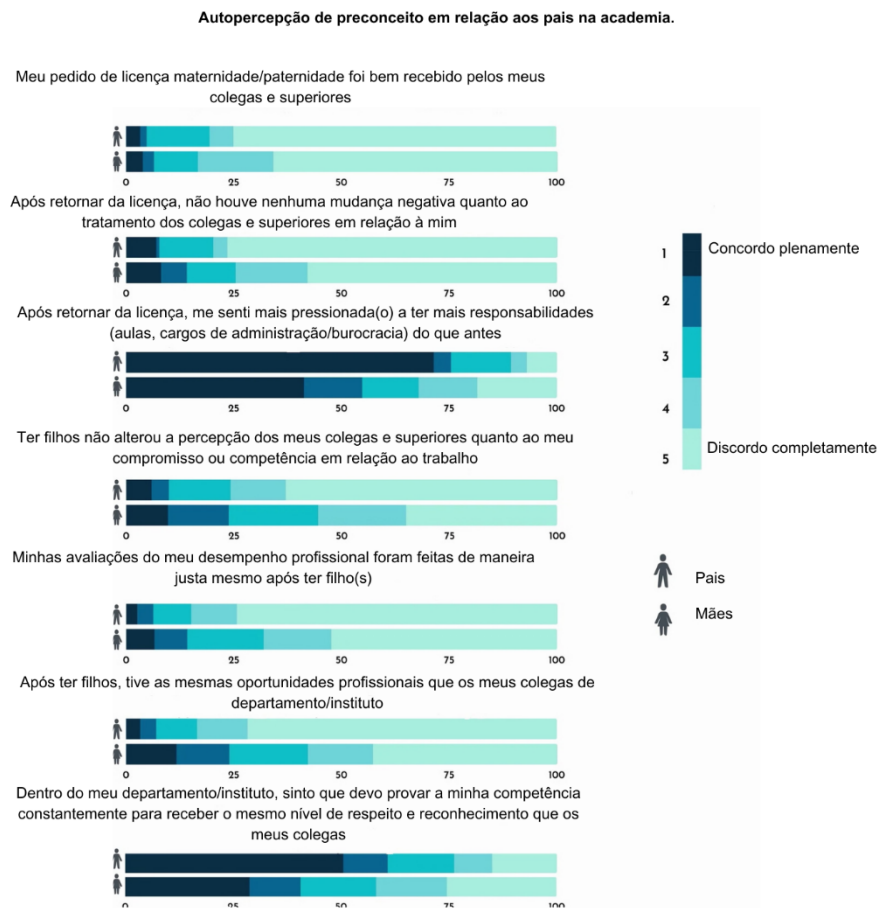
Nesse contexto, é de suma importância que a política de assistência estudantil assuma um papel central na permanência das mulheres no ensino superior, implementando medidas que promovam a igualdade de gênero e visem democratizar o acesso à universidade.

No âmbito do espaço acadêmico, as mulheres enfrentam diversas barreiras que podem impactar adversamente a sua trajetória educacional. Tais barreiras incluem discriminação de gênero, assédio e desafios associados à maternidade, particularmente quando a rede de apoio e o acolhimento institucional são deficientes ou ausentes. Estas circunstâncias adversas podem, em última análise, contribuir para a evasão escolar entre as mulheres que vivenciam tais dificuldades. Além disso, é importante salientar que as mães são frequentemente percebidas como menos competentes em comparação aos

homens que atuam como pais, bem como às mulheres sem filhos, podendo acarretar consequências prejudiciais para sua capacidade de competir por vagas de trabalho.

Em um estudo realizado em 2023 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e publicada pela revista *Nature*, foi conduzida uma pesquisa com cerca de mais de 800 profissionais acadêmicos brasileiros sobre discriminação que pais sofrem em instituições de ensino superior (STANISCUASKI et al., 2023). Os resultados deste estudo indicaram que as mulheres são afetadas de forma mais negativa em comparação aos homens, quando se trata das consequências da discriminação de gênero no contexto acadêmico, podendo ser vislumbrado no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1- A autopercepção do preconceito em relação aos pais na academia



Fonte: Staniscuaski, F., Machado, A.V., Soletti, R.C. et al., 2023.

Segundo as descobertas apresentadas por Staniscuaski et al. (2023), observou-se uma tendência na qual as mães, em comparação aos pais, apresentaram uma maior predisposição a relatar experiências discriminatórias no ambiente de trabalho após a maternidade. Especificamente, 63% dos pais, em contraste com apenas 35% das mães,

afirmaram unanimemente que a chegada de filhos não alterou a percepção de seus colegas e superiores em relação ao seu comprometimento ou competência no contexto laboral.

Ademais, os pais manifestaram uma concordância mais substancial (74,4%) com a justiça na avaliação de seu desempenho profissional, enquanto as mães registraram uma porcentagem inferior (52,4%) neste quesito.

Outra discrepância significativa foi observada em relação à percepção de equidade de oportunidades profissionais em comparação com os colegas de trabalho. Notavelmente, 71,8% dos pais concordaram com a imparcialidade no tratamento, em contraste com apenas 42,8% das mães que compartilharam a mesma opinião. Além disso, quanto à necessidade de demonstrar competência profissional, 50,5% dos pais discordaram dessa suposição, ao passo que apenas 28,8% das mães expressaram a mesma discordância (Staniscuaski et al., 2023).

A pesquisa evidencia que mulheres envolvidas na atividade acadêmica percebem com maior intensidade manifestações de discriminação após a maternidade em comparação com seus colegas do sexo masculino. Mesmo diante das sobrecargas enfrentadas, estas mulheres experienciam uma necessidade premente de demonstrar sua competência. Assim, os

[...] preconceitos e estereótipos subjacentes [...] podem ser especialmente prejudiciais para determinados grupos, como mulheres com responsabilidades de cuidado, onde seu comprometimento e dedicação, bem como sua competência, são rotineiramente questionados por colegas e/ou superiores. Isso reverbera nas mulheres que se encontram em constante estado de alerta, sobrecarregadas com cargas de trabalho mais pesadas do que seus pares, tendo que se mostrar capazes e produtivas em todos os momentos. (IDEM, tradução nossa)

A pesquisa em questão exemplifica as discrepâncias observadas nas trajetórias profissionais no contexto acadêmico brasileiro, as quais são influenciadas pelos papéis de gênero e a sobrecarga resultante das responsabilidades maternas. Nesse sentido, a interseção das demandas profissionais, acadêmicas e maternas representa uma experiência coletiva vivenciada por diversas mulheres, comumente referida como a “dupla ou tripla jornada de trabalho”. Vale ressaltar que essa realidade é compartilhada também pelas estudantes universitárias que são mães.

No âmbito da Universidade de Brasília (UnB), há a disponibilização do Programa Auxílio Creche, conforme mencionado anteriormente, sancionado pela Política de Assistência Estudantil da instituição, que se define da seguinte forma:

A Política de Assistência Estudantil (PAES) da Universidade de Brasília (UnB) é composta pelo conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações

para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso das(os) estudantes socioeconomicamente vulneráveis da UnB, concebida de forma ampliada e articulada a um conjunto de serviços, programas, projetos, auxílios, bolsas e ações vinculados às políticas administrativas e acadêmicas que visam garantir a formação das(os) estudantes em face de suas atividades-fim (ensino-pesquisa-extensão). (UnB, 2023)

Entretanto, assim como outros auxílios, este não é concedido a todos os que buscam acessá-lo. O acesso aos programas e auxílios da universidade está condicionado à comprovação de situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio da Avaliação Socioeconômica realizada pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB. Isso implica na exclusão de alunos que, mesmo não se enquadrando no perfil estabelecido, ainda apresentam a necessidade do referido serviço.

Além disso, é notável que o número de vagas disponibilizadas a cada semestre frequentemente não é suficiente para atender à demanda dos estudantes que se candidatam a benefícios assistenciais, como exemplificado pelo Auxílio Creche na Universidade de Brasília (UnB) no primeiro semestre de 2023. Neste caso, 77 alunos apresentaram solicitações para receber o auxílio, entretanto, apenas 22 deles foram selecionados, 47 tiveram seus pedidos indeferidos, 2 já estavam previamente inscritos no programa e 6 permaneceram em uma lista de espera (UnB, 2023). Esse cenário revela uma lacuna significativa entre a oferta e a demanda por auxílios estudantis.

Outra ponderação é a de que, ao analisar os documentos da política de assistência estudantil nacional e da UnB (PNAES e PAES), notou-se a ausência de uma política específica para as alunas em situação de maternidade, sendo o auxílio creche a única ação voltada para esse grupo, com a delimitação socioeconômica. Acredita-se que uma política própria para essas discentes, elaborada perante o mapeamento e com uma base de dados, seria uma ação pertinente para a ampliação de direitos desse grupo e permanência na universidade.

Outro aspecto digno de consideração é o atual contexto de enfraquecimento das instituições de ensino superior públicas, que têm enfrentado, nos últimos anos, restrições orçamentárias que afetam diretamente a disponibilidade de bolsas e auxílios destinados aos estudantes. Essa situação é resultado da promulgação da Emenda Constitucional (EC) n.º 95, que implementou um novo regime fiscal limitando o repasse de recursos para conter as despesas públicas, tendo a educação como um dos setores mais impactados por essa medida (SANTOS, 2021). O resultado é uma realidade onde muitos estudantes em situação de vulnerabilidade financeira enfrentam desafios ainda maiores para acessar o apoio necessário à sua formação acadêmica.

A implementação da Lei de Cotas Sociais (Lei n.º 12.711/2012) na Universidade de Brasília (UnB) em 2013 desempenhou um papel crucial na promoção da diversidade no corpo discente. Esse marco normativo representou um catalisador para a ampliação do perfil dos estudantes na instituição, resultando em um crescimento constante no número de alunos que participam do Programa de Assistência Estudantil (PNAES). No entanto, essa expansão da assistência estudantil, aliada à limitação de recursos financeiros, exacerba o desafio da insuficiência de vagas disponíveis para os auxílios, prejudicando a eficácia dessas políticas (SANTOS, 2021).

Nesse contexto, torna-se evidente que, apesar dos progressos inegáveis alcançados pelas mulheres no Brasil, persistem barreiras substanciais à plena inclusão na esfera pública, especialmente no âmbito acadêmico. É imperativo, portanto, que sejam desenvolvidas ações e políticas de assistência estudantil especificamente direcionadas às alunas que são mães e gestantes. Além disso, é fundamental implementar projetos que visem a aumentar a visibilidade e o apoio a esse grupo, contribuindo assim para a sua retenção e conclusão bem-sucedida dos cursos universitários.

Nesse sentido, a criação de medidas concretas que promovam a equidade de gênero e a inclusão de mulheres que enfrentam desafios adicionais devido à maternidade é essencial para assegurar um ambiente acadêmico verdadeiramente diversificado e inclusivo.

Deste modo, a política de assistência estudantil no Brasil desempenha um papel fundamental no que diz respeito à promoção da permanência de discentes gestantes e mães no ensino superior. Esta política deve se constituir como um conjunto de ações e medidas voltadas para assegurar condições de igualdade e equidade no acesso e permanência no ensino superior, objetivando, assim, a inclusão e a efetivação dos direitos educacionais de todos os estudantes.

No contexto específico das discentes gestantes e mães, a assistência estudantil deve exercer um papel, ainda mais relevante, uma vez que tais estudantes frequentemente enfrentam desafios adicionais em sua trajetória acadêmica devido às demandas associadas à maternidade e à gestação. Nesse sentido, as políticas de assistência estudantil têm o potencial de mitigar esses desafios e garantir que essas estudantes tenham a oportunidade de concluir seus estudos com êxito.

A compreensão da maternidade como uma responsabilidade que não recai exclusivamente sobre as mulheres é de fundamental relevância. Se tanto o Estado quanto a sociedade têm um interesse direto no processo de nascimento e na criação de

uma nova geração, uma vez que esta constitui um elemento essencial para a sua própria continuidade; torna-se imperativo que sejam identificadas e implementadas soluções adequadas para abordar os desafios e adversidades enfrentados pelas mães em diversos contextos, incluindo o mercado de trabalho e o ambiente acadêmico, bem como outros espaços públicos. Esta perspectiva ressoa com a análise de Saffioti (2013), que enfatiza a necessidade de reconhecer e agir diante dessa interdependência entre a maternidade e a sociedade.

Saffioti (2013) destaca a interligação inextricável entre a maternidade e a existência da sociedade, enfatizando que o nascimento e a educação das futuras gerações são fatores cruciais para a perpetuação da própria comunidade. Nesse sentido, é crucial que o Estado e a sociedade, enquanto entidades coletivas, assumam a responsabilidade de encontrar estratégias eficazes para mitigar os desafios enfrentados pelas mães em diversos âmbitos.

Isso abrange a necessidade de políticas e ações que promovam a equidade de gênero no mercado de trabalho, garantindo que as mulheres não sejam prejudicadas em suas carreiras devido à maternidade, bem como medidas que facilitem o acesso das mães ao ensino superior e à participação em espaços públicos. Portanto, a compreensão da maternidade como uma questão que transcende o âmbito individual, é essencial para promover uma sociedade mais igualitária.

CAPÍTULO 3 - AS EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DAS DISCENTES MÃES E GESTANTES DA UNB, EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No presente capítulo, serão empreendidas análises acerca das experiências de discentes pertencentes à Universidade de Brasília (UnB), presentes na condição de mães e gestantes. Para tanto, tais análises foram baseadas em entrevistas semiestruturadas, a partir do procedimento metodológico descrito na introdução desta pesquisa; estas entrevistas ocorreram de forma presencial ou online. Almejou-se compreender, a partir do relato das discentes, o impacto da maternidade no processo de graduação, bem como o papel desempenhado pela política de assistência estudantil nesse contexto específico.

A disseminação da pesquisa e divulgação das entrevistas ocorreu mediante o emprego de mensagens inseridas em grupos de WhatsApp compostos por alunos (as) de diferentes cursos da UnB. Nessa abordagem, foi oferecido um breve esclarecimento acerca do tema do TCC e do propósito da pesquisa, acompanhado de um link para um formulário online de inscrição, o qual deveria ser preenchido pelas discentes interessadas em participar do estudo.

Cumprе ressaltar que a questão acerca do impacto da maternidade no processo de graduação e conclusão do curso, no que tange às mulheres, já foi objeto de investigações e estudos prévios, que já foram abordados nos capítulos anteriores. Tais estudos trazem a constatação de que a responsabilidade primária pelo cuidado e educação dos filhos frequentemente se distribui de maneira desigual, com uma carga desproporcional recaindo sobre as mulheres (RIBEIRO, 2016).

Neste contexto, torna-se essencial direcionar uma análise crítica a essa situação e empreender uma investigação sobre o modo como as políticas de assistência estudantil desempenham ou poderiam desempenhar o papel de mitigar os desafios enfrentados por estudantes universitárias que se encontram na condição de maternidade ou gestação.

Deste modo, a importância desta pesquisa reside na capacidade de identificar áreas passíveis de aprimoramento nas políticas institucionais, bem como em promover uma reflexão acerca da necessidade de implementação de medidas mais eficazes e inclusivas, com o intuito de proporcionar um ambiente acadêmico mais igualitário e propício ao pleno desenvolvimento das alunas-mães matriculadas no curso de Serviço Social da UnB.

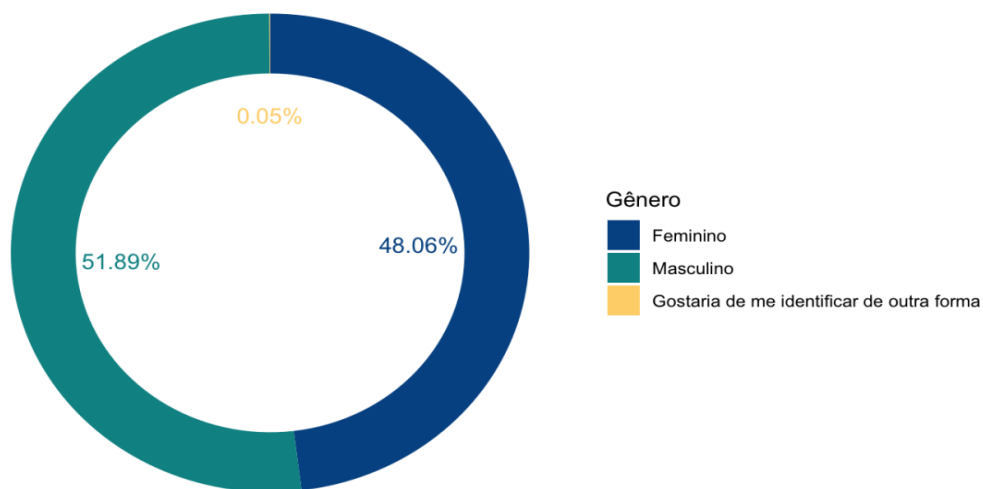
O acesso ao ensino superior, e até mesmo à educação básica, já foi considerado um privilégio reservado a um grupo social seletivo, predominantemente composto por

homens brancos pertencentes aos estratos socioeconômicos mais elevados. No entanto, ao longo do tempo, essa realidade passou por transformações significativas. Foi a partir da década de 1970 que as mulheres passaram a ingressar em quantidades substanciais no meio acadêmico, como registrado pelo estudo da FECLESC¹ (2010). Além disso, observou-se uma ampliação de acesso ao espaço acadêmico por outros grupos minoritários, graças a políticas de ações afirmativas.

O fenômeno de acesso predominantemente masculino às instituições universitárias foi invertido a tal ponto que, no contexto atual, as mulheres constituem a maioria dos estudantes matriculados no ensino superior brasileiro, conforme dados do IBGE (2021). No entanto, é fundamental salientar que a mera predominância numérica feminina não elimina a existência de desafios e obstáculos decorrentes das questões de gênero que as mulheres ainda enfrentam, os quais podem significar uma ameaça à sua permanência e plena participação no ambiente acadêmico.

Um estudo conduzido pela UnB em 2020 revelou uma notável disparidade em relação ao perfil demográfico dominante em nível nacional, evidenciando uma preponderância de estudantes do sexo masculino entre a população discente da instituição. Tal constatação encontra respaldo no gráfico apresentado a seguir:

Gráfico 2 - Percentual de gênero no corpo discente da Universidade de Brasília



Fonte: Relatório - Discentes, UnB, 2020.

O estudo conduzido pela UnB em 2020 concentrou-se na análise do perfil étnico-racial dos alunos matriculados na referida instituição de ensino superior. Inicialmente, a pesquisa revelou que 72,8% dos estudantes da UnB eram categorizados como pertencentes à etnia branca. No entanto, essa porcentagem apresenta uma

¹ Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central

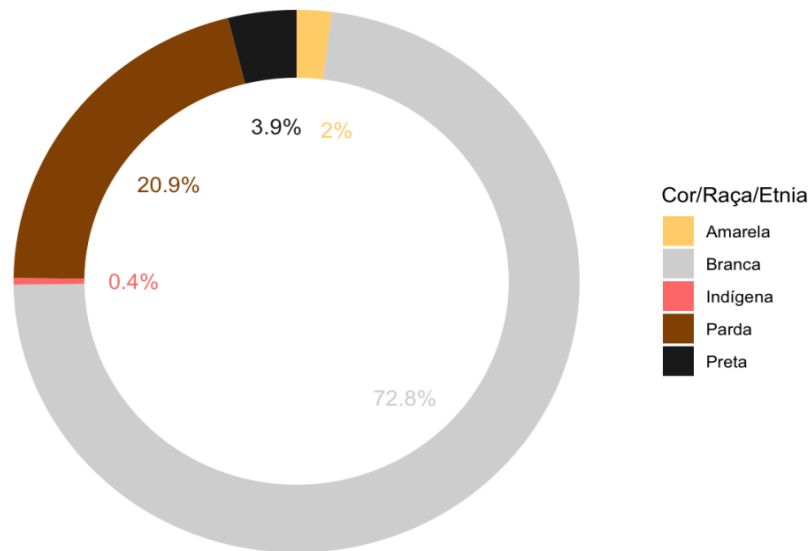
marcante discrepância em relação à composição étnico-racial da população do Distrito Federal, conforme apontado pelos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021, os quais indicam a presença de 46,2% de pardos, 11,1% de pretos e 40,9% de brancos na população em questão.

A mencionada disparidade constitui um ponto central de preocupação e reflexão, haja vista que a desigualdade racial representa uma questão histórica e continuamente presente no contexto brasileiro. Essa problemática manifesta-se em diversos domínios, incluindo o acesso à educação superior. A discrepância entre a proporção de estudantes brancos na UnB e a significativamente maior representação de pardos e pretos na população geral do Distrito Federal suscita questionamentos de alta relevância concernentes à inclusão e acessibilidade da educação superior para grupos historicamente marginalizados.

A baixa representação de pardos e pretos na UnB não reflete apenas a realidade demográfica, mas também pode indicar barreiras socioeconômicas e estruturais que impedem o acesso desses grupos à educação superior. Isso pode incluir fatores como a falta de acesso a escolas de qualidade, a necessidade de trabalhar para ajudar a sustentar suas famílias e a discriminação sistêmica.

Essa disparidade não apenas reflete uma injustiça social profunda, mas também compromete o potencial da educação superior como uma ferramenta para a transformação social e a promoção da igualdade. Portanto, é imperativo que ações concretas sejam tomadas para abordar esse problema e promover a diversidade e a inclusão nas universidades brasileiras. Os dados da pesquisa podem ser observados no gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Percentual quanto à etnia/raça do corpo discente da Universidade de Brasília

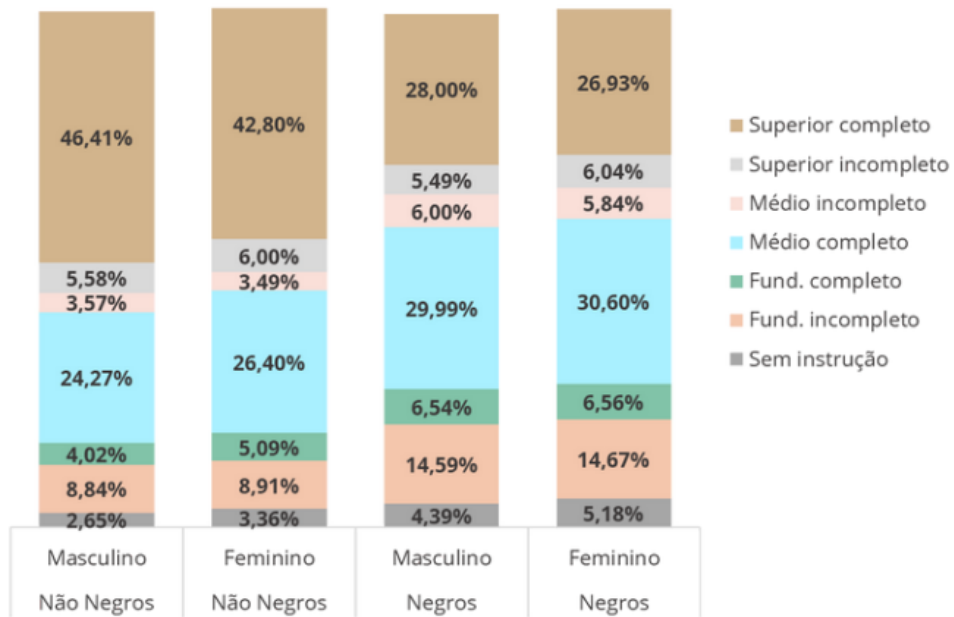


Fonte: Relatório - Discente, UnB, 2020

Outro dado de relevância consiste na constatação de que as mulheres pretas ou pardas apresentam a menor proporção de indivíduos com educação superior, com uma taxa de apenas 26,93%, enquanto detêm a maior percentagem de pessoas desprovidas de instrução formal, registrando um índice de 5,18% no âmbito do distrito em análise, de acordo com dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada do Distrito Federal (IPEDF) em 2021.

Este cenário ilustra a maneira pela qual diferentes formas de subordinação, nomeadamente relacionadas à raça, gênero e classe social, se interconectam, conferindo às mulheres afrodescendentes uma posição substancialmente mais vulnerável do ponto de vista social e econômico. Tal situação resulta na sistemática exclusão dessas mulheres dos espaços de acesso ao conhecimento e à educação. Como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Distribuição da população de 25 anos ou mais agrupada por raça/cor e gênero por nível de escolaridade



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

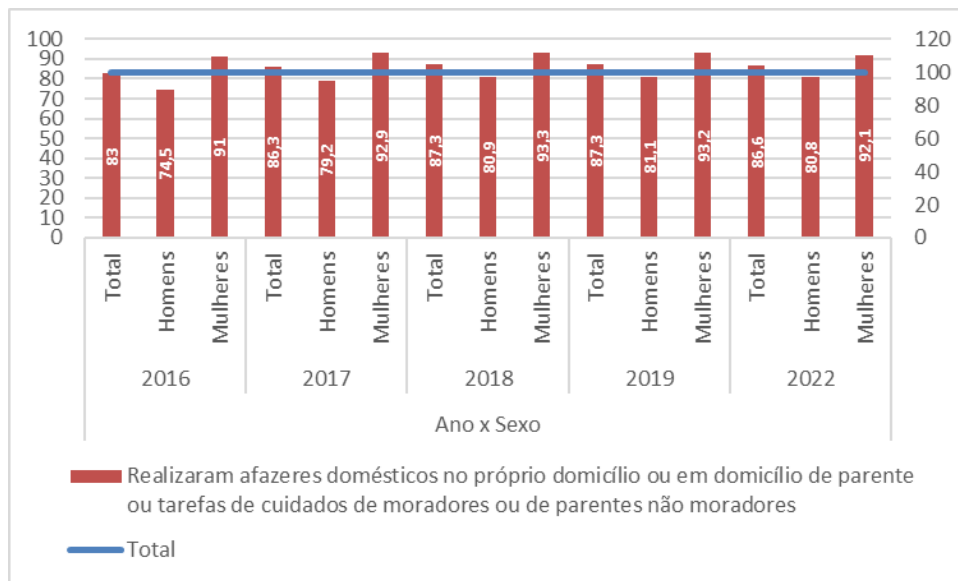
Na pesquisa realizada pela UnB (2020), foi contestado que as alunas passavam por mais interrupções da atividade de estudo por conta de obrigações com tarefas domésticas e cuidado com outros, em relação aos discentes do gênero masculino; além disso, a pesquisa evidencia haver uma sobrecarga por essas responsabilidades:

Entre os discentes que se identificam como mulher e dizem ter interrupções nas atividades de estudo no domicílio, 69% alegam ter responsabilidades com atividades domésticas, enquanto esse número é de 60% para os homens. No que tange o cuidado de pessoas em casa, 27% das estudantes de graduação do sexo feminino mencionam esse elemento como um fator de interrupção dos estudos, frente a 21% dos estudantes que se identificam como homens. Além disso, foi perguntada a percepção sobre a divisão de tarefas no domicílio, se divididas igualmente ou se a pessoa entrevistada se sente sobrecarregada, assumindo mais responsabilidades. Novamente, dentre os 12 discentes, 27% das mulheres entendem que fazem mais do que outras pessoas no domicílio, enquanto apenas 11% dos homens respondem dessa forma. (UnB, 2020, p. 11)

Esse é um exemplo de como o gênero influencia a experiência da graduação, na qual o papel de cuidado e tarefas domésticas ainda recaem desproporcionalmente nas mulheres e tomam mais do seu tempo que poderia ser destinado ao estudo. Acredita-se que esse desgaste seria ainda mais expressivo quando se adiciona a maternidade na equação; uma vez que cuidar de um bebê e/ou criança demanda muito tempo e energia diariamente, além do maior gasto financeiro, que acaba, por diversas vezes, exigir que a mãe também trabalhe, e desse modo tenha uma dupla e/ou tripla jornada.

A partir dos dados da PNAD (2022) entre os anos de 2016 e 2022 as mulheres representaram cerca de 51,64% de pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente ou de tarefas de cuidado de moradores, ou de parentes não moradores. Como pode ser observado a seguir:

Gráfico 5 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e realização de afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente ou de tarefas de cuidado de moradores, ou de parentes não moradores



Fonte: PNAD (2022), gerado pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA

O fenômeno do trancamento da matrícula de estudantes universitárias devido ao acúmulo de obrigações é uma questão relevante e complexa que tem sido objeto de investigação acadêmica. Ribeiro (2016) já apontou para a possível relação entre esse desgaste e o trancamento da matrícula, o que, por sua vez, pode contribuir significativamente para a evasão das alunas do ensino superior. Este debate é corroborado por dados empíricos, como os obtidos em uma pesquisa conduzida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em 2011, que identificou a licença maternidade como um dos principais motivos para a evasão de alunas nas instituições de ensino superior.

O acúmulo de obrigações enfrentado por estudantes universitárias abrange uma série de fatores, como a sobrecarga de disciplinas, a necessidade de conciliar estudos com trabalho e outras responsabilidades pessoais. Essa sobrecarga pode se tornar tão avassaladora que leva algumas alunas a optarem pelo trancamento da matrícula, a fim de lidar com essas demandas de maneira mais adequada. O acúmulo de obrigações

enfrentado por alunas universitárias e o subsequente trancamento da matrícula são questões cruciais no debate sobre a evasão no ensino superior.

Essa realidade ilustra uma exclusão sistemática de mulheres que são mães dos espaços de conhecimento e uma negação do direito da continuidade da educação delas. O estudo também apontou uma correlação entre o número de filhos(as) e a dificuldade em conciliar as responsabilidades domésticas e acadêmicas, além de que, as mulheres eram a maioria entre os discentes que eram pais solteiros (68,5%).

A disponibilidade de cursos noturnos é uma consideração crucial quando se trata de facilitar a permanência de estudantes que são mães em uma instituição de ensino superior. Essa medida se revela particularmente importante porque permite um alinhamento mais eficaz com os horários de trabalho dessas estudantes, bem como com os de outros discentes (ANDRADE, 2023). No entanto, no contexto atual, a UnB oferece apenas 31 cursos noturnos dentre os 156 cursos de graduação disponíveis, o que representa um número relativamente limitado.

Um passo inicial essencial para compreender a realidade dessas discentes é a realização de pesquisas quali-quantitativas. Tais pesquisas desempenham um papel fundamental na formulação de políticas e medidas destinadas a atender às demandas específicas dessas mulheres, com o objetivo de facilitar sua permanência na instituição de ensino superior. Foi possível verificar nesta pesquisa que, atualmente, não existe um mapeamento abrangente do perfil das estudantes que permitiria uma análise aprofundada da influência da maternidade na experiência universitária.

No entanto, é importante destacar que há um projeto em andamento, em colaboração com a Secretaria de Direitos Humanos, que tem como finalidade sistematizar as demandas das mães que fazem parte da comunidade acadêmica da universidade. Esse projeto representa um passo significativo em direção à compreensão e atendimento das necessidades dessas estudantes, a fim de garantir sua permanência na UnB. À medida que essa pesquisa for desenvolvida e os resultados forem analisados, espera-se que haja uma base sólida para a implementação de políticas e estratégias mais abrangentes que promovam a inclusão e o apoio efetivo às estudantes que são mães. A Reportagem da UnBTV de 2023 aborda desafios das mães na UnB, como pode ser visto a seguir:

Secretaria de Direitos Humanos organiza grupo de trabalho para sistematizar demandas de mulheres com filhos da comunidade acadêmica. Saiba mais sobre recentes conquistas e desafios em vista. [...] “Nosso primeiro trabalho é a aplicação de um questionário para levantamento de dados sobre a comunidade materna e de cuidadores, para ter um olhar mais completo das necessidades prioritárias”, pontua a coordenadora das Mulheres da SDH, Roberta Cantarella.

“Assim, vamos poder acolher as pautas gerais e específicas e dar voz a esse público dentro de cada vivência na Universidade, de forma institucionalizada, que facilita a chegada de demandas até a gestão administrativa.” Reivindicações vindas de muito tempo, voltadas a garantir a permanência das mães na Universidade, vêm sendo atendidas progressivamente. (NERY, 2023)

A presente ação se revela de suma importância para o aprimoramento da política de assistência estudantil já existente, bem como para outras iniciativas institucionais destinadas a amparar as discentes em situação de maternidade, na medida em que proporciona uma análise mais aprofundada e abrangente desse grupo específico. Portanto, a mobilização protagonizada pelas estudantes desempenha um papel de extrema relevância no que tange à promoção e garantia de direitos no contexto acadêmico.

Nesse contexto, a atuação ativa das estudantes é fundamental, pois elas não apenas identificam as demandas e obstáculos enfrentados pelas mães universitárias, mas também desempenham um papel central na sensibilização da comunidade acadêmica e na pressão por mudanças efetivas. As conquistas já alcançadas, como a implementação de medidas concretas para facilitar a conciliação entre a maternidade e os estudos, ilustram o impacto positivo dessa mobilização. Evidencia-se, assim, a importância do ativismo estudantil na promoção de mudanças institucionais necessárias para a construção de uma universidade mais acessível.

A articulação e mobilização das mulheres estudantes mães em instituições de ensino superior têm desempenhado um papel fundamental na conquista de avanços significativos em termos de garantias de igualdade de oportunidades e condições para o exercício de sua educação. Nesse contexto, é possível destacar algumas realizações notáveis, como a implementação do Auxílio Creche, a adaptação dos espaços sanitários para a troca de fraldas nos banheiros e a criação de uma sala de convivência familiar e brinquedoteca nas instalações da Faculdade de Educação (FE).

Outro aspecto relevante a ser destacado é a formação do coletivo denominado (CMUnB), que surgiu como resultado dessa mobilização. Esse coletivo desempenha um papel fundamental na criação de uma rede de apoio sólida entre as mães estudantes, oferecendo suporte emocional, troca de experiências e recursos práticos para enfrentar os desafios associados à maternidade e ao ensino superior. Essa rede de apoio é essencial para que as mães estudantes se sintam integradas e apoiadas em sua jornada acadêmica.

É relevante observar que a aspiração compartilhada de criar ambientes na instituição universitária que sejam propícios para acolher crianças é amplamente respaldada pelos depoimentos das próprias mães que cursam o ensino superior, como

destacado por Fernandes (2020) e Ribeiro (2016) em seus estudos. Essas vozes corroboram a necessidade de se pensar em medidas que facilitem a conciliação entre a vida acadêmica e a maternidade, reconhecendo que a presença de crianças em sala de aula pode ser ocasionalmente desafiadora.

A questão da dupla ou tripla jornada de trabalho enfrentada por mulheres tem sido objeto de preocupação e discussão em diversos contextos acadêmicos e sociais. Supõe-se que esta situação, que implica na combinação de responsabilidades domésticas, profissionais e, muitas vezes, de cuidados familiares, pode suscitar implicações para saúde física e mental destas mulheres.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2022, é fundamental destacar que o acúmulo de tarefas e responsabilidades pode resultar em um significativo adoecimento mental entre as mulheres. Esse adoecimento não apenas afeta a qualidade de vida das mulheres em questão, mas também pode ter impactos negativos em suas famílias e comunidades.

Um aspecto crítico a ser considerado é a relação entre essa sobrecarga de trabalho e a evasão escolar, bem como o trancamento de cursos educacionais por parte das mulheres. A pressão e o estresse decorrentes da necessidade de conciliar suas obrigações laborais, domésticas e familiares podem se tornar tão esmagadores que comprometem a capacidade das mulheres de perseguir suas metas educacionais. Isso, por sua vez, contribui para a perpetuação do ciclo de desigualdade de gênero. Assim, segundo a OMS (2022, p. 22):

Nosso gênero, grupo étnico e local de residência podem afetar nossas chances de desenvolver uma condição de saúde mental. As mulheres tendem a ser mais desfavorecidas socioeconomicamente do que os homens e também são mais propensas a serem expostas à violência praticada pelo parceiro íntimo e violência sexual na comunidade, que são fortes fatores de risco para uma série de condições de saúde mental, especialmente TEPT [...]. O racismo ou a discriminação contra um determinado grupo na sociedade aumenta o risco de exclusão social e adversidade econômica, ambos os quais prejudicam a saúde mental.

A sobrecarga doméstica enfrentada por mulheres, segundo Araújo; Pinho; Almeida, (2005), tem sido identificada como um fator contribuinte significativo para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns (TMC), que abrangem uma variedade de condições psicológicas, como ansiedade e depressão. Esta correlação complexa entre sobrecarga doméstica e TMC não apenas revela a maior probabilidade das mulheres a essas condições, mas também destaca a interseção de múltiplos fatores éticos, sociais e econômicos que desempenham um papel crítico nessa associação. Deste modo,

Mulheres com alta sobrecarga doméstica apresentaram prevalência de TMC mais elevada (48,1%) do que mulheres com baixa sobrecarga (22,5%). [...] Outras características estavam associadas à ocorrência de TMC: ser negra ou parda, divorciada/desquitada/viúva, baixo nível de escolaridade, ou de renda, ter filhos, ser chefe de família e não dedicar tempo semanal ao lazer. (ARAÚJO; PINHO; ALMEIDA, 2005, p. 337)

Nos anos que compreenderam o período de 2020 a 2023, a humanidade foi testemunha de uma calamidade de dimensões épicas: a pandemia de Covid-19. Esta pandemia não apenas tirou inúmeras vidas no Brasil, mas também serviu como um revelador sombrio da desigualdade social que persiste em nossa sociedade. O impacto nefasto dessa crise foi multifacetado, reverberando profundamente na economia, na saúde física e mental da população e no aumento da já preocupante taxa de desemprego.

É imperativo reconhecer que a pandemia de Covid-19 não afetou a todos igualmente. Grupos diversos foram desproporcionalmente atingidos por suas mazelas, e as mulheres, em particular, não escaparam do seu impacto avassalador. Como observado por Pinheiro (2021), as mulheres enfrentaram uma série de desafios adicionais durante esse período crítico. De acordo com Silva (2020), um fenômeno preocupante emergiu em 2023: as mulheres assumiram uma posição preponderante no mercado de trabalho informal, que já estava vulnerável e que sofreu consideráveis danos durante o período de restrições impostas pelo lockdown.

Essa mudança no mercado de trabalho, com as mulheres assumindo papéis proeminentes no setor informal, não deve ser vista apenas como uma reorganização econômica temporária. Ela expõe uma fissura mais profunda em nossa sociedade, onde as mulheres, que historicamente enfrentam desigualdades de gênero, foram empurradas para setores de trabalho menos protegidos e mais instáveis. A pandemia, portanto, não apenas exacerbou as disparidades existentes, mas também gerou novas formas de desigualdade de gênero no mercado de trabalho, que podem persistir a longo prazo.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de um foco particular sobre as mulheres e mães, que, em virtude da presente crise sanitária sem precedentes, enfrentam desafios suplementares (SOUZA, 2021). A identificação e a implementação de abordagens destinadas à mitigação dessas discrepâncias configuram-se como elementos cruciais para o fomento da equidade social aprofundada e para estabelecer justiça em tempos de adversidade.

A imposição do confinamento como estratégia para conter a disseminação do SARS-CoV-2 resultou em uma reconfiguração radical da realidade cotidiana. No que tange às mulheres que desempenham simultaneamente os papéis de mães, estudantes

universitárias e profissionais, emergiu a demanda desafiadora de harmonizar suas responsabilidades acadêmicas, laborais e domésticas. Em virtude das restrições de circulação inerentes ao confinamento, as famílias se viram compelidas a permanecer em ambiente domiciliar, o que ocasionou um acréscimo substancial no âmbito das incumbências domésticas, paralelamente a uma redução significativa no tempo destinado ao repouso (SOUZA, 2021).

Além disso, conforme delineado por Silva et al. (2020), o trabalho doméstico é percebido, no âmbito social, como uma questão inerente à esfera privada e não é considerado no ambiente acadêmico, sendo essa perspectiva intrinsecamente associada à lógica da produção capitalista:

[...] os problemas já enfrentados pelas mulheres ganham novas nuances com a adoção das atividades remotas. O referencial masculino nos ambientes de produção científica, que espera por pesquisadores e estudantes disponíveis exclusivamente para sua formação e/ou pesquisa, demonstra-se ainda mais evidente, a partir de algumas medidas que ignoraram a sobrecarga das mulheres que estariam agora ainda mais presentes no ambiente doméstico e se viram como principais ou únicas responsáveis pelas atividades do cuidado. (SILVA et al, 2020, p. 151)

No decorrer deste debate, torna-se evidente a existência de dados quantitativos e análises qualitativas dos desafios enfrentados pelas discentes em situação de maternidade. Nesta pesquisa objetivou-se dar voz às estudantes da graduação em situação de maternidade que se encontravam regularmente matriculadas no 1º semestre de 2023, no que tange à política de assistência estudantil da UnB direcionadas às discentes mães.

A primeira etapa da pesquisa de campo foi conseguir a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) para a realização das entrevistas. O processo se iniciou antes do início do 1º semestre de 2023 da UnB, durante o período das férias, mas a aprovação só foi obtida no final do semestre. Como foi a primeira experiência com o comitê, preencher e escrever os documentos requeridos foi dificultoso, e conseguir as assinaturas corretas que certos documentos pediam foi especialmente complicado, já que as instruções não eram tão claras no que se referiam a quem deveria assinar, e se teve informações contraditórias da parte administrativa quando se tentou esclarecer dúvidas sobre as assinaturas.

Outro percalço foi o tempo de análise do comitê, que chegou a levar três semanas para fazer uma das devolutivas. Desse modo, os diversos contratempos para obter a aprovação do Comitê de Ética acabou por atrasar significativamente o início das entrevistas, e se decidiu por, em vez de entrevistas apenas às discentes do Serviço

Social, ampliar para todos os cursos da graduação visando alcançar mais participantes com o espaço de tempo limitado.

O processo metodológico desta pesquisa envolveu a realização de entrevistas com as discentes que se encontram na situação de maternidade, as quais foram conduzidas de forma virtual, utilizando plataformas como Teams e Google Meet. Para garantir a participação das estudantes, foram adotadas estratégias de divulgação abrangentes. Inicialmente, foram distribuídos panfletos informativos nos murais das entradas dos edifícios ICC Sul e Norte, bem como na Biblioteca Central (BCE) da universidade. Além disso, mensagens explicativas foram compartilhadas nos grupos de graduandos da UnB, fornecendo uma breve visão sobre o tema e os objetivos da pesquisa, juntamente com um link para um formulário online hospedado no Google Forms.

Esse formulário online permitiu que as estudantes interessadas manifestassem seu interesse em participar da pesquisa e fornecessem um meio de contato para agendar uma entrevista. Além disso, o formulário incluiu questões objetivas que ajudaram a coletar informações preliminares sobre as experiências das discentes. Importante ressaltar que as entrevistas foram planejadas de modo flexível, permitindo que as estudantes escolhessem entre a realização presencial ou virtual, de acordo com suas preferências e disponibilidade.

Além das estratégias mencionadas, a pesquisa também foi promovida por meio da página de Instagram da UnB Paquera, ampliando o alcance e a visibilidade do estudo. Este esforço de divulgação visou garantir a representatividade das vozes das discentes mães no estudo, promovendo uma abordagem inclusiva e participativa na pesquisa acadêmica.

Portanto, esta pesquisa busca não apenas compreender os desafios enfrentados pelas discentes mães no contexto da assistência estudantil da UnB, mas também oferece uma oportunidade para que essas estudantes expressem suas experiências e perspectivas, contribuindo assim para o enriquecimento do debate e para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e inclusivas.

As entrevistas conduzidas para esta pesquisa seguiram uma abordagem semiestruturada, cujo principal objetivo era a coleta de relatos das discentes e a análise das suas perspectivas em relação à política de assistência estudantil da universidade e às ações institucionais voltadas para as mães. A pesquisa se concentrou em alunas da UnB que eram mães e estavam com matrículas ativas no primeiro semestre de 2023.

Não impusemos restrições quanto à idade dos filhos das participantes, focando-nos exclusivamente em sua condição de alunas-mães.

É importante notar que, embora tenhamos feito um esforço para incluir todas as alunas que preencheram o formulário de inscrição, algumas delas não puderam ser contatadas. Isso ocorreu devido à falta de informações de contato fornecidas ou à ausência de retorno quando tentamos agendar as entrevistas. Como resultado, conseguimos entrevistar um total de oito alunas.

Essas desistências podem ter ocorrido por diversas circunstâncias, mas partindo de experiências com duas entrevistadas que por conta da rotina apertada (dupla/tripla jornada de trabalho), com obrigações acadêmicas, profissionais e o cuidado com os filhos, foi preciso alterar o plano, e em vez da entrevista, foi enviado um documento com as questões que constam no roteiro da entrevista que as participantes responderam. Em vista disso, supõe-se que motivo semelhante, uma rotina sobrecarregada, pode ter sido uma das razões para a desistência, e outra conjectura, é a de que tenham compreendido erroneamente o propósito do formulário online e só perceberam ao final das questões, em qual se pedia para deixar um meio de contato e se preferia o modo online ou presencial, que se pretendia realizar uma entrevista.

Embora essa amostra possa parecer pequena em comparação com estudos quantitativos, é fundamental enfatizar que nosso objetivo de pesquisa é de natureza qualitativa. Portanto, estamos interessados em capturar as experiências individuais e as narrativas das alunas-mães, em vez de fazer generalizações estatísticas.

Nesse contexto, uma amostra reduzida não é desfavorável ao propósito do estudo, uma vez que nosso foco está na riqueza e profundidade das informações coletadas, buscando compreender as complexidades das experiências das participantes em relação à assistência estudantil e às políticas institucionais voltadas para as mães universitárias na UnB.

Para garantir o anonimato das participantes deste estudo, optou-se por designá-las com o termo genérico "entrevistada" seguido de uma sequência numérica, em estrita conformidade com as diretrizes de proteção da identidade dos sujeitos de pesquisa. Este procedimento visa assegurar que suas identidades permaneçam confidenciais e que não sejam expostas a qualquer tipo de constrangimento ou risco decorrente da divulgação de informações pessoais.

No que tange à dimensão ética deste estudo, todas as participantes foram devidamente informadas sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados, a gravação das entrevistas, e, fundamentalmente, sobre seu direito inalienável de

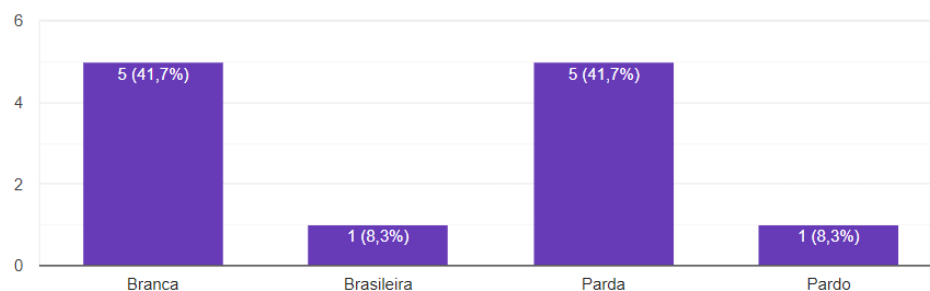
recusar responder a qualquer questão que lhes causasse desconforto ou apreensão. Todo esse processo de esclarecimento e consentimento foi formalizado mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por parte das entrevistadas. Esse segue rigorosas diretrizes éticas e legais, autoriza a utilização dos relatos obtidos neste estudo para fins acadêmicos e de pesquisa.

É imperativo ressaltar que, no transcorrer desta pesquisa, procedeu-se à coleta de dados relativos às participantes, abarcando informações cruciais, como sua autodeclaração étnica, faixa etária, local de residência, entre outros aspectos relevantes. Essa meticulosa coleta de informações revelou-se de importância inestimável para a apreensão dos contextos e características das entrevistadas.

Dentre as doze discentes que se inscreveram no estudo, foi possível constatar uma diversidade marcante no que tange à autodeclaração étnica. Notavelmente, 41,7% delas afirmaram ser de origem étnica branca, enquanto 50% se identificaram como pardas. Por outro lado, uma parcela reduzida, equivalente a 1%, demonstrou não compreender plenamente a pergunta e, em resposta, indicou o país de origem.

Esta rica variedade de autodeclarações étnicas evidencia a heterogeneidade presente entre as participantes, um fenômeno relevante e que, sem dúvida, contribui para a complexidade dos resultados a serem analisados. Tais dados proporcionam uma base sólida para a compreensão das influências contextuais e culturais que podem impactar as respostas e experiências das entrevistadas ao longo desta pesquisa. Como pode ser observado a seguir:

Gráfico 6: Declaração étnica das entrevistadas

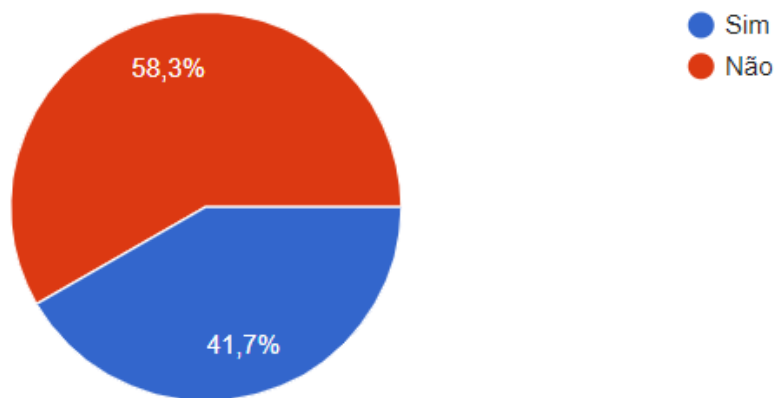


Fonte: Formulário online pelo Google Forms.

Além dos dados apresentados, é digno de nota o fato de que aproximadamente 41,7% das alunas ingressaram na universidade por meio de programas de cotas. Vale ressaltar que, na condução da pesquisa, não foi requisitada a especificação do tipo de cota utilizada, o que poderia estar relacionado a critérios como raça, renda ou deficiência. Esse aspecto merece uma análise mais profunda, dado o impacto significativo que as

políticas de cotas têm sobre o acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, sobre a equidade e a inclusão social. Como pode ser observado a seguir:

Gráfico 7: Percentagem de discentes que ingressaram na UnB por meio de cotas



Fonte: Formulário online pelo Google Forms.

Outros dados coletados que são interessantes aludir para uma compreensão mais aprofundada do contexto social e econômico das participantes: a média da idade encontrada é de 26 anos, com a idade da maioria das crianças sendo menos de 4 anos, 5 das 8 estudantes (62,5%) residem junto com o genitor dos filhos, 4 delas (50%) exercem uma profissão, 7 (87,5%) tem apenas 1 filho(a), e todas se encontram nos semestres finais dos respectivos cursos de graduação.

Nas entrevistas realizadas, pôde-se constatar que a experiência da maternidade exerceu um impacto significativo nas trajetórias acadêmicas das entrevistadas, e esse fenômeno encontrou eco unânime entre as discentes. A maioria das entrevistadas compartilhou experiências marcadas pelo trancamento de disciplinas e semestres, em decorrência da dificuldade em conciliar as responsabilidades maternas com o compromisso acadêmico. Essa dificuldade se manifestou não apenas na impossibilidade de acompanhar o conteúdo de forma adequada, mas também na luta para chegar pontualmente às aulas presenciais, quando estas eram requeridas.

Em um caso extremo, a maternidade levou a uma decisão drástica de desistência do curso. Nesse contexto, a discente relatou que a falta de apoio administrativo adequado, juntamente com a ausência de um ambiente acadêmico acolhedor por parte dos docentes e servidores, representou fatores críticos que contribuíram para a evasão dessa aluna.

A questão do acesso às informações e à assistência administrativa surge como um elemento crucial, uma vez que a transição para a maternidade frequentemente implica em novas demandas de tempo e recursos. As políticas institucionais de apoio à maternidade e paternidade, bem como a flexibilidade nas políticas acadêmicas, podem desempenhar um papel importante em mitigar os desafios enfrentados pelas estudantes que são mães. Como pode ser visto a seguir:

Então, assim, no semestre passado mesmo eu tive que trancar, porque eu não tava conseguindo chegar a tempo pras aulas. (Entrevistada 1)

A dificuldade que eu tinha era tanta, porque eu tinha que conciliar os horários do meu trabalho, tinha que conciliar os horários da universidade, que era um curso diurno [...] E aí eu fui pegando poucas matérias, fui levando com a barriga do jeito que dava. [...] Eu cheguei, em muitos momentos, levar a minha filha bebezinha pra universidade e era terrível, era muito complicado de assistir aula com um bebê, não dava. E eu escutei várias vezes durante a universidade, de professores, coordenadores e servidores, que eles não poderiam fazer nada por mim e que eu trancasse o meu curso. Nisso eu tranquei o meu curso, porque eu também tinha uma necessidade de trabalho muito forte... (Entrevistada 4)

A investigação conduzida por Oliveira (2019) apresenta uma análise contundente sobre o desafio enfrentado por mulheres que buscam equilibrar a busca por qualificação profissional com a responsabilidade de cuidar e educar seus filhos. Este debate revela-se particularmente árduo e incisivo, lançando luz sobre as complexidades que permeiam as interações entre papéis de gênero, aspirações profissionais e responsabilidades maternas.

No cerne desse dilema, encontra-se a tendência culturalmente arraigada que atribui à mulher a principal incumbência na criação e educação dos filhos. Esta norma social, muitas vezes internalizada pelas mulheres, pode levar à auto imputação de culpa quando elas dedicam tempo considerável ao trabalho e à busca de aprimoramento profissional. A sociedade frequentemente julga tais atividades como negligência em relação ao dever materno tradicionalmente esperado.

Esse impasse é exemplificado nas palavras de uma estudante que participou da pesquisa. A experiência relatada por essa estudante serve como um espelho das tensões enfrentadas por inúmeras mulheres em todo o mundo, à medida que buscam simultaneamente o desenvolvimento de suas carreiras e a criação de seus filhos. Essa narrativa ressalta a importância de aprofundar a discussão em torno das expectativas de gênero e da distribuição de responsabilidades na esfera familiar e profissional, bem como da necessidade de se reconhecer e desafiar essas normas sociais arraigadas. Como pode ser observado a seguir:

[...] Uma das coisas que interfere muito na saúde mental da mãe que é estudante, e da mãe que é estudante e trabalhadora, que existe sempre um sentimento de culpa envolvido na maternidade. Isso quer dizer que se eu estou no trabalho, eu me sinto culpada porque queria estar estudando, se eu tô estudando, me sinto culpada porque eu podia estar em casa com os meus filhos. Se eu estou em casa com os meus filhos, me sinto culpada porque poderia estar estudando ou trabalhando. Então, assim, [...] nunca é o bastante. (Entrevistada 3)

A esmagadora maioria dos participantes deste estudo relatou um declínio significativo em sua saúde mental devido ao extenuante desafio de conciliar múltiplas jornadas de trabalho, frequentemente dobrando ou triplicando sua carga horária, um fardo imposto às mães. Além disso, muitos destacaram a importância crucial do apoio fornecido pela rede de suporte social, composta por amigos e familiares, como uma âncora fundamental que lhes permitiu continuar a buscar seus objetivos acadêmicos.

Um aspecto notável que emergiu das narrativas dos participantes foi a relevância do acolhimento e da compreensão por parte de alguns docentes. Nesse sentido, os professores que demonstraram sensibilidade às circunstâncias desafiadoras enfrentadas pelas mães estudantes desempenharam um papel crucial em mitigar as adversidades. Eles estenderam prazos de entregas de atividades avaliativas quando se tornava inviável a participação presencial, além de buscar formas alternativas de compartilhar conteúdo educacional. Essa atitude empática por parte dos educadores demonstrou ser um fator determinante para o sucesso das mães estudantes em suas jornadas acadêmicas.

A interseção entre os desafios enfrentados pelas mães como provedoras de sustento e estudantes em busca de aprimoramento educacional revela a complexidade dessa realidade multifacetada. Portanto, é imperativo que as instituições de ensino e a sociedade como um todo reconheçam essas dificuldades e tomem medidas concretas para apoiar e capacitar essas mães, garantindo assim que elas tenham a oportunidade de atingir seu potencial máximo tanto no âmbito profissional quanto acadêmico. Uma das entrevistas disse que “O apoio dos colegas de sala faz total diferença pra conseguir levar pra frente o curso, ajudam com matérias atrasadas, trabalhos. (Entrevistada 2)

Foi possível identificar que apenas aproximadamente 33,4% das estudantes que participaram da pesquisa têm ou tiveram a oportunidade de se beneficiar da política de assistência estudantil implementada pela UnB. Essa constatação suscita uma série de considerações e debates que merecem uma análise mais profunda e aprofundada.

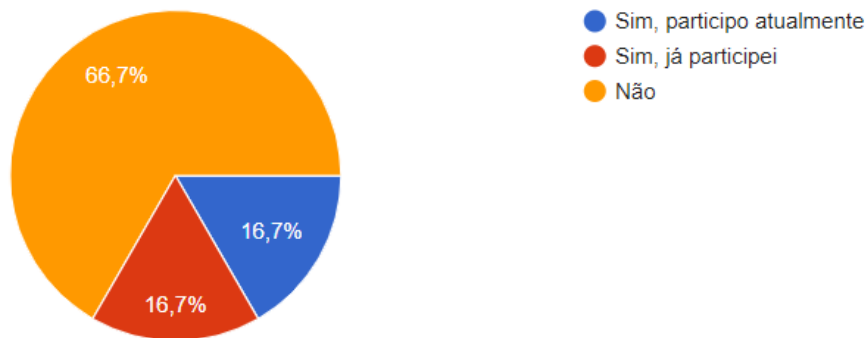
Em primeiro lugar, a limitação do acesso à assistência estudantil na UnB, conforme evidenciado pelos números, lança luz sobre a carência de iniciativas de apoio aos estudantes na instituição. Esse cenário levanta questões sobre a eficácia das políticas existentes e a necessidade de revisão e expansão delas para atender às

necessidades de um número maior de discentes. Uma das razões possíveis para esse baixo número de discentes beneficiados pode ser atribuída aos critérios de acesso à política de assistência estudantil na UnB, que atualmente se vinculam principalmente à questão da renda.

Embora a consideração da renda seja um critério legítimo, é essencial considerar se ele está excluindo estudantes que enfrentam dificuldades financeiras devido a outras circunstâncias, como despesas imprevistas ou fatores socioeconômicos complexos que não são totalmente capturados pela análise de renda isoladamente. Portanto, uma revisão dos critérios de elegibilidade pode ser necessária para garantir que a assistência estudantil seja mais inclusiva.

Além disso, outro fator que pode contribuir para o baixo número de estudantes beneficiados é a exigência de documentos burocráticos para a solicitação e manutenção do auxílio. Esses requisitos podem criar barreiras adicionais para os estudantes, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades em obter a documentação necessária. Portanto, é fundamental avaliar se tais exigências podem ser simplificadas ou flexibilizadas, garantindo que o processo de acesso à assistência estudantil seja mais acessível e menos oneroso. Esses dados podem ser vistos a seguir:

Gráfico 8 - Percentual de discentes que já foram beneficiadas por programas da política de assistência estudantil



Fonte: Formulário online pelo Google Forms

Todas as entrevistadas demonstraram um conhecimento prévio acerca da política de assistência estudantil, sendo relevante notar que a maioria estava ciente da existência do Auxílio Creche como um dos benefícios oferecidos. Entretanto, um fato notável e digno de análise é que nenhuma das entrevistadas relatou ter utilizado efetivamente esse benefício. O presente debate visa aprofundar essa constatação, destacando o papel do processo burocrático como um dos principais obstáculos que as impediram de usufruir do Auxílio Creche.

A burocracia, como mencionada pelas entrevistadas, emerge como um dos fatores restritivos mais significativos. A morosidade e a complexidade do processo para solicitar e obter o Auxílio Creche não podem ser subestimadas, pois foram apontadas como razões fundamentais para a não utilização do benefício. Isso ressalta a necessidade de uma revisão crítica dos procedimentos administrativos e da documentação exigida para a concessão do Auxílio Creche, a fim de torná-lo mais acessível e eficiente para as estudantes que dele necessitam.

Ademais, a não utilização do Auxílio Creche levanta outras questões relevantes, como o impacto dessa decisão na vida acadêmica e pessoal das entrevistadas, bem como a necessidade de avaliar se alternativas foram buscadas para lidar com as demandas da maternidade enquanto se prosseguia com os estudos. Este debate sugere a importância de uma investigação mais ampla sobre as experiências das estudantes mães no contexto da assistência estudantil, a fim de identificar lacunas e oportunidades de melhoria no apoio oferecido às necessidades específicas desse grupo. Segundo as entrevistadas:

Na verdade, eu nunca tive tanto contato com auxílio creche. Eu até pensei em tentar pegar esse semestre. Só que como eu [...] pretendo me formar, eu não peguei, não tentei, na verdade, né. Mas eu sinceramente, eu acho extremamente difícil concorrer às vagas. Eu falo isso, [...] tenho bolsa estudantil também, né? Então é muito difícil você pegar, é muito difícil você manter, é muita burocracia que a gente chega até desistir. Então, assim, eu acho muito difícil. (Entrevistada 3)

Não, nunca consegui. Eu sempre acho que a burocracia pro... a papelada pra, conseguir os recursos, os auxílios, na UnB é muito complicado. (Entrevistada 1)

Uma questão de significativa recorrência que merece análise aprofundada reside na notória falta de clareza em relação às instruções fornecidas pelo corpo administrativo da instituição de ensino superior em relação ao procedimento de requisição da licença maternidade por parte das estudantes, bem como a notável carência na divulgação abrangente dos direitos e recursos disponíveis às alunas que se tornam mães durante sua trajetória acadêmica.

Esta problemática é de extrema relevância, dado que a transição para a maternidade durante a permanência na universidade é um momento crítico na vida de uma estudante. A obtenção de informações claras e precisas sobre como acessar licença maternidade, bem como sobre os apoios e benefícios aos quais têm direito, desempenha um papel fundamental na garantia de que essas mães possam conciliar suas responsabilidades parentais com seu compromisso acadêmico.

Isso pode levar a uma sobrecarga adicional e a decisões difíceis para as mães, que podem sentir que precisam fazer escolhas entre a educação e a maternidade. Sendo assim, é fundamental que as instituições de ensino superior reconheçam a importância de oferecer orientações claras e de fácil acesso sobre a licença maternidade e os direitos das alunas mães.

[...] Pelo menos assim, nas experiências que eu tive, eu acho que faltou informação. Em nenhum momento essas informações chegavam pra mim, e quando eu procurava os meios, quando eu procurava coordenação de curso, quando eu procurava a partir de servidores administrativas, eles não repassavam as informações. Se eu tinha esse direito, que eu poderia ter esse acesso, eu simplesmente não sabia, o que passavam para mim é que eu me virasse. (Entrevistada 4)

No contexto descrito pela Entrevistada 5, deparamo-nos com um cenário complexo e desafiador que afeta diretamente a vida de estudantes mães que buscam conciliar a maternidade com seus estudos universitários. A questão central que emerge desse relato diz respeito à insuficiência de vagas em creches públicas e a dificuldade do acesso ao auxílio creche.

Os dados fornecidos pela Secretaria de Educação (SEDF) de 2023, que indicam a existência de mais de 15 mil crianças aguardando vagas em creches públicas no Distrito Federal, destacam a magnitude do problema enfrentado pelas mães estudantes. Essa escassez de vagas não apenas limita o acesso ao auxílio creche, mas também amplia a demanda por ele, tornando-o insuficiente para atender às necessidades reais das mães universitárias. Tal situação lança luz sobre a necessidade urgente de investimentos e políticas públicas que enderecem essa deficiência estrutural, a fim de possibilitar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Sobre a infraestrutura da universidade, foi reportado quantidade insuficiente de fraldários no campus e de diversos prédios não possuem um, as mães tendo que usar de salas de aulas desocupadas para trocar a fralda do bebê, de serem limitados ao sanitário feminino e a qualidade do trocador foram pontos aludidos:

Não tem fraldário com facilidade, às vezes o fraldário que tem, é no banheiro feminino, então como é que o pai vai entrar com ela? (Entrevistada 1)

A vida com uma criança na UnB começa sendo complicada pela própria estrutura física que não fornece um ambiente minimamente confortável pra atividades simples como uma troca de fralda. Muitos professores não aceitam crianças na sala ou não compreendem as demandas das mães e isso torna a permanência ainda mais complicada. (Entrevistada 7)

Na universidade não há espaço para crianças, os “fraldários” existentes são no máximo uma bancada de mármore, o RU possui uma cadeirinha para crianças pequenas que eu vi uma vez e acho que só. (Entrevistada 8)

A problemática da falta de acolhimento das crianças no ambiente universitário é uma questão relevante que merece atenção e análise aprofundada. Este debate envolve não apenas as dificuldades práticas enfrentadas pelos pais universitários, como trocar fraldas, esquentar mamadeiras e amamentar, mas também a falta de empatia por parte dos docentes e colegas de turma, bem como os desafios inerentes à divisão de atenção entre o cuidado dos filhos e o acompanhamento das aulas.

A primeira dimensão deste problema reside na infraestrutura das universidades. Os espaços educacionais muitas vezes não estão equipados para acomodar crianças, o que torna tarefas simples, como trocar fraldas, em um desafio logístico. Além disso, a falta de áreas adequadas para amamentação e aquecimento de mamadeiras pode limitar a participação de pais e mães nas atividades acadêmicas. A ausência dessas facilidades não apenas desencoraja a presença de pais na universidade, mas também perpetua uma visão excludente da maternidade e da paternidade na academia.

Um segundo aspecto relevante diz respeito à dimensão emocional e social. A falta de empatia por parte dos docentes e colegas pode criar um ambiente hostil para pais universitários. Isso pode resultar em sentimentos de isolamento e exclusão, tornando ainda mais desafiador para os pais conciliarem suas responsabilidades parentais com seus estudos. A construção de um ambiente mais acolhedor e inclusivo, onde a compreensão das demandas dos pais seja levada em consideração, é fundamental para mitigar esse problema.

Outro ponto crítico é a divisão de atenção entre o cuidado dos filhos e o acompanhamento das aulas. A multitarefa exigida dos pais pode prejudicar significativamente a absorção do conteúdo acadêmico. Esse desafio não apenas afeta o desempenho acadêmico dos pais, mas também pode gerar estresse e exaustão, prejudicando sua qualidade de vida e bem-estar geral.

No entanto, é importante destacar que as entrevistas realizadas revelaram um interesse genuíno na criação de um espaço familiar dentro da universidade. Essa ideia propõe uma sala especialmente designada para que pais e mães possam estar acompanhados de seus filhos de maneira mais confortável. Tal espaço poderia facilitar a amamentação dos bebês, o aquecimento de mamadeiras e proporcionar um ambiente acolhedor para os pais durante as aulas. Essa iniciativa, se implementada, poderia representar um passo significativo em direção à inclusão e apoio aos pais universitários,

ajudando a equilibrar suas responsabilidades parentais com suas aspirações acadêmicas.

No que diz respeito à distribuição das tarefas domésticas, é notável que uma parcela substancial, superior a 50%, das estudantes que participaram deste estudo tenha indicado que elas mesmas desempenham a maior parte das obrigações domésticas, notavelmente em contextos em que coabitam com seus parceiros ou outros membros da família. Este cenário de divisão desigual das responsabilidades foi ressaltado como um fator significativo que impacta negativamente suas obrigações acadêmicas.

Tal situação suscita uma série de considerações dignas de análise. Primeiramente, é importante contextualizar essa disparidade observada na distribuição das tarefas domésticas, que pode ser interpretada como um reflexo das normas culturais e das expectativas tradicionalmente associadas aos papéis de gênero. O estigma histórico que perpetua a ideia de que as mulheres devem assumir a maior parte das tarefas domésticas, mesmo enquanto buscam sua formação acadêmica, merece uma investigação mais profunda.

Além disso, é fundamental considerar que essa desigualdade na divisão do trabalho doméstico pode ter implicações a longo prazo, incluindo a perpetuação de desigualdades de gênero no mercado de trabalho e nas esferas sociais. As barreiras enfrentadas pelas mulheres na busca de oportunidades de carreira e desenvolvimento profissional estão intrinsecamente ligadas a essas normas e práticas arraigadas.

Nesse contexto, é imperativo que a comunidade acadêmica, as autoridades governamentais e a sociedade em geral empreendam esforços concertados para promover a igualdade de gênero e o compartilhamento equitativo das responsabilidades domésticas. Isso pode envolver a sensibilização sobre as consequências dessas disparidades, a implementação de políticas de apoio às estudantes e a promoção de uma mudança cultural mais ampla em relação às expectativas de gênero.

A divisão desigual do trabalho doméstico entre estudantes universitárias que participaram desta pesquisa apresenta questões complexas e interligadas que transcendem o âmbito doméstico, repercutindo diretamente sobre as oportunidades acadêmicas e a igualdade de gênero. Segundo uma das entrevistadas:

E ele que também faz um estágio e estuda, fala pra mim assim: mãe, senhora tem que entender que eu trabalho. E o meu trabalho? Eu tenho que fazer tudo. E ele fala que tá muito cansado porque trabalha, e eu que tenho três jornadas, será que eu também não estou morta de cansada? [...] Eu fico muito sobrecarregada e eu vou postergando os trabalhos {...} entre arrumar a casa, fazer comida, guardar roupa eu sempre dou prioridade pras coisas de casa e a faculdade acaba ficando em segundo lugar e isso me prejudica. (Entrevistada 6)

No desfecho da investigação, quando submetidas a questionamentos sobre eventuais contribuições para o aprimoramento da política de assistência estudantil na UnB ou para outras iniciativas institucionais, emergiu uma convergência notável entre as vozes das participantes. Esta coincidiu na necessidade premente de intensificar a disseminação de informações relativas aos direitos dos estudantes e aos mecanismos institucionais disponíveis, uma lacuna que parece ser observada como uma barreira significativa para o acesso equitativo e eficaz aos recursos de assistência.

Uma última demanda que emergiu de maneira premente e incontornável diz respeito à concretização de uma creche no próprio campus universitário. Esta urgência foi destacada como uma prioridade essencial para viabilizar a participação plena das estudantes que são mães, fornecendo-lhes a tranquilidade de saber que seus filhos estão próximos, seguros e bem cuidados durante o período de suas atividades acadêmicas. Conforme algumas entrevistadas

Além dessa questão de aumentar as vagas para o auxílio creche, eu sei também que estão construindo uma creche nova né, que seja aberto para os alunos que tenham filhos e que tem um espaço preparado também porque, por exemplo, se a gente leva a criança para a faculdade [...] eu tenho que esquentar mamadeira, não tem micro-ondas disponível, acredito que uma salinha de apoio seria bem interessante. (Entrevistada 5)

Um trocador decente (aquele como se fosse um acolchoado) e um kit de troca de fraldas (com fraldas, lencinhos e saco de lixo - por meio de doação mesmo), pelo menos um parquinho, uma brinquedoteca ou coisa do tipo. (Entrevistada 8)

Eu acho que a primeira ação seria socializar, né? Essa informação, socializar. (Entrevistada 4)

Creches que tenham algum tipo de parceria com a UnB. (Entrevistada 7)

Desse modo, percebe-se que existem diversos entraves no percurso acadêmico das estudantes que são mães, que o acesso às políticas de assistência estudantil é dificultoso, e que as discentes consideram necessário um aprimoramento na infraestrutura da universidade e ampliação das políticas existentes.

Nesse contexto, é notório constatar a existência de inúmeras barreiras que permeiam a trajetória acadêmica das estudantes que exercem simultaneamente a maternidade, demonstrando que o acesso às políticas de assistência estudantil se configura como um desafio substancial. Adicionalmente, essas discentes compartilham a percepção de que se faz premente um aprimoramento substancial na infraestrutura das instituições de ensino superior, juntamente com a expansão das políticas já existentes.

O estigma associado à maternidade durante a trajetória acadêmica das mulheres, aliado à insuficiência das políticas de assistência estudantil, torna-se um fator inibidor

para o pleno desenvolvimento de seu potencial acadêmico. A falta de adequação das estruturas universitárias à realidade dessas estudantes também se configura como uma barreira significativa.

Nesse ínterim, é urgente a necessidade de uma análise mais aprofundada das políticas de assistência estudantil vigentes, de forma a identificar as lacunas que impedem a efetiva inclusão e suporte às estudantes-mães. Além disso, a melhoria da infraestrutura universitária é imperativa para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e pessoal dessas mulheres, permitindo que elas superem os obstáculos impostos pela maternidade.

Em síntese faz-se necessário expansão das políticas de assistência existentes na UnB, juntamente com a criação de iniciativas específicas voltadas para as discentes em situação de maternidade; essas medidas podem ser uma estratégia eficaz para mitigar as dificuldades enfrentadas por essas discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ingresso no ensino superior representa um marco importante na trajetória educacional de qualquer indivíduo. No entanto, para certos grupos, como as mulheres, a permanência e a conclusão de cursos de graduação podem revelar percursos mais complexos e desafiadores. Dentro desse contexto, no âmbito da discussão de gênero no espaço acadêmico, emerge uma preocupação latente: a invisibilidade das mães. Neste contexto, este estudo visou ampliar o entendimento sobre as experiências dessas discentes, proporcionando-lhes um protagonismo legítimo por meio de entrevistas e análises aprofundadas.

A abordagem adotada nesta pesquisa envolveu a realização de uma revisão bibliográfica e análise documental, aliadas à coleta de dados por meio de entrevistas com discentes que são mães. A análise desses elementos permitiu chegar a conclusões relevantes acerca das políticas de assistência estudantil voltadas para esse grupo. Embora tenha havido avanços notáveis nesse sentido, é inegável que tais políticas ainda carecem de uma abordagem mais abrangente e eficaz.

A UnB embora tenha implementado algumas medidas e políticas específicas para discentes mães, estas se mostram insuficientes em relação às necessidades reais dessas estudantes. Além disso, há uma limitação no acesso a essas políticas, uma vez que muitas delas são direcionadas principalmente à questão da baixa renda, deixando de considerar outros fatores igualmente cruciais.

Os relatos das participantes da pesquisa corroboram as conjecturas elaboradas ao longo deste estudo. Eles evidenciam a persistência dos papéis de gênero tradicionais, nos quais a maior parte das responsabilidades domésticas recai sobre as mulheres. A sobrecarga resultante da conciliação entre a vida acadêmica e a maternidade pode causar um desgaste físico e mental considerável, com potencial impacto negativo na trajetória acadêmica, incluindo o trancamento de disciplinas, semestres ou, em casos extremos, a evasão.

Assim, foi possível reconhecer as barreiras enfrentadas por discentes mães no ensino superior; que estão intrinsecamente ligadas a questões de gênero e ao desequilíbrio de responsabilidades domésticas. Portanto, ações que visem à ampliação e aprimoramento das políticas de assistência estudantil, considerando de maneira mais abrangente as necessidades das discentes mães, são essenciais para promover a equidade de gênero

Foi possível notar que a empatia e compreensão demonstradas por educadores e colegas desempenham um papel crucial nesse cenário de mudança. Além disso, a existência de uma rede de apoio sólida se mostrou fundamental para permitir que as mães continuem seus estudos. Essa rede inclui não apenas o suporte emocional, mas também recursos práticos, como assistência com tarefas domésticas e cuidados com as crianças, o que possibilita às mães dedicarem tempo ao seu desenvolvimento educacional.

No entanto, não podemos ignorar as lacunas e desafios que ainda persistem. Um problema constante verificado foi a dificuldade enfrentada pelas mães discentes para acessar informações relacionadas a seus direitos e políticas disponíveis. Isso é amplamente atribuído à falta de preparo administrativo por parte das instituições educacionais e à dispersão das informações em seus websites. Assim, considera-se nesta pesquisa que é fundamental abordar essas questões de modo a garantir que as mães tenham acesso efetivo às políticas e recursos oferecidos pela UnB.

A problemática da obtenção dos documentos necessários para a comprovação da situação de vulnerabilidade socioeconômica emerge como um ponto crucial de discussão no contexto da assistência estudantil voltada para mães que buscam prosseguir com sua trajetória acadêmica. Este processo, embora fundamental, acabou por se converter em uma verdadeira barreira de entrada, dificultando o acesso efetivo a programas e auxílios disponíveis. Nesse sentido, torna-se premente uma reflexão sobre a simplificação e a agilização dos procedimentos de solicitação e verificação, com o propósito de assegurar que as mães tenham pleno acesso aos recursos destinados a apoiá-las em sua jornada educacional.

É relevante destacar que a mera análise da renda familiar não é suficiente para abordar de maneira completa as necessidades das mães estudantes. A maternidade, por si só, acarreta uma série de desafios e responsabilidades que vão além das questões financeiras. Portanto, é fundamental que as políticas de assistência estudantil sejam formuladas de modo a considerar a complexidade dessa realidade, não se restringindo unicamente à variável de renda.

Nesse contexto, é imperativo que sejam desenvolvidas estratégias que considerem as múltiplas dimensões da vulnerabilidade enfrentada pelas mães estudantes. Isso implica em adotar abordagens mais abrangentes que englobem aspectos como o acesso a creches ou serviços de cuidado infantil, flexibilidade nos horários de aula e avaliação, apoio psicológico e emocional, entre outros. Portanto, a simplificação dos procedimentos burocráticos e a ampliação do escopo das políticas de

assistência estudantil para mães devem ser encaradas como medidas essenciais para promover a equidade no acesso à educação superior.

Na presente pesquisa, um aspecto de relevância incontestável reside na observação da ausência de dados quantitativos referentes às discentes mães/gestantes da UnB, o que, em certa medida, limitou a abrangência e profundidade do estudo em questão. Tais dados poderiam ter sido empregados de forma substancial na condução de uma análise socioeconômica mais minuciosa e detalhada acerca deste grupo específico. Não obstante, é preciso enfatizar que a UnB já está em andamento com projetos destinados a mapear as estudantes que desempenham o papel de mães, uma iniciativa que se revela de suma importância para aprimorar a formulação de ações institucionais condizentes com suas necessidades e realidades.

Ainda existem diversas lacunas no que tange a pesquisas voltadas à questão das discentes em situação de maternidade na UnB. Sendo assim, como desfecho desta pesquisa espera-se que outros pesquisadores possam continuar estudos voltados à temática; mas, almeja-se de forma basilar que a UnB amplie suas ações institucionais voltadas às discentes mães. Portanto, almeja-se que as discussões e debates em torno da vivência das estudantes que são mães adquiram maior proeminência e relevância no contexto da instituição de ensino.

Este movimento de ampliação de visibilidade é crucial para sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica acerca dos obstáculos enfrentados por essas mulheres e, igualmente, para a deliberação e implementação de soluções viáveis destinadas a mitigar as barreiras que tendem a afastá-las dos espaços de produção e compartilhamento de conhecimento.

Portanto, encerra-se este debate com a perspectiva de que a UnB, assim como outras instituições de ensino superior, abrace de forma mais contundente a causa das estudantes mães, contribuindo para a efetiva democratização do acesso ao conhecimento e da participação no ambiente acadêmico.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, S. G., Paes, V. N., & Reis, S. M. A. D. O. (2019). Mulher, Mãe, Dona de Casa e Esposa: Dificuldades e superações para ingressar e permanecer na Universidade Pública. *Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional*, 7(7).
- ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. IV Seminário CETROS, 2013.
- ANDRADE, Inara Carvalho de. Assistência estudantil para mães estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo na FUP/UnB. 2023.
- ARAÚJO, Maria Paula. Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 5, p. 337-348, 2005.
- BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. In: **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 1985. p. 370-370.
- BALTIERI, C. (2022). Trajetória, dificuldades e permanência das mulheres no ensino superior.
- BITENCOURT, Silvana Maria; LEAL, Elyane Rangel Mendes. Maternidade no doutorado: Felicidade ou sofrimento? In: IV SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, Curitiba. Anais. 2011. Disponível em: <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/>.
- BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; DA SILVA, Matheus Estevão Ferreira. A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino?. **Revista Trama Interdisciplinar**, v. 7, n. 3, 2016.
- BRASIL, Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 9 de setembro de 2023.
- BRASIL, Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Dispõe sobre o Código Eleitoral. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/440250/publicacao/15695060>. Acesso em: 22 de junho de 2023.
- BRASIL, Lei de nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 9 de setembro de 2023.
- BRASIL, Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 8 de agosto de 2023.

BRASIL, Lei nº 11.770 de 9 de setembro de 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11770.htm. Acesso em: 9 de setembro de 2023.

BRASIL, Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 3 de julho de 2023.

BRASIL, Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 20 de abril de 2023.

BRASIL, Lei nº 6.202 de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm. Acesso em: 7 de maio de 2023.

BRASIL, Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL, Lei nº 7.644 de 18 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras Providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7644.htm#:~:text=LEI%20No%207.644%2C%20DE.Social%20e%20d%C3%A1%20outras%20Provid%C3%AAsncias. Acesso em: 17 de julho de 2023.

BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 9 de setembro de 2023.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI, Arlene Martinez. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de pesquisa**, v. 39, p. 93-123, 2009.

CARLOTO, Cassia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço social em revista, Londrina**, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CASAGRANDE, Luciana. A Atividade de Mãe Social no Brasil, 2013. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/luciana_casagrande.pdf. Acesso em: 3 de maio de 2023.

- CHAMBERLAIN, Prudence. **The feminist fourth wave: Affective temporality**. Springer, 2017.
- COSTA, I. H., & ANDRÓSIO, V. O. (2010). As transformações do papel da mulher na contemporaneidade. *TCCP (Pós-graduação em Saúde Mental e Intervenção Psicossocial)-Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Governador Valadares, MG*.
- COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.
- CUNHA, Carol. Femicídio - Brasil é o 5º país em morte violentas de mulheres no mundo. UOL, 2022. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/femicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm>. Acesso em: 25 de abril de 2023.
- DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.
- DOS SANTOS, Tacia Suane Martins. A MATERNIDADE, A MULHER E A HISTÓRIA. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.
- FABBRO, M. R. C., & HELOANI, J. R. (2006). *Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade* (Doctoral dissertation, Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. UNICAMP. Campinas
- FECLESC, Nathalia Bezerra. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: **Conferência Internacional sobre os Sete Saberes**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2010.
- FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988. FERNANDES, Ana Carla Lopes da Silva. Maternidade e Universidade: Desafios e Perspectivas de Conciliação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2020
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*—Tradução de Áurea B. **Weissenberg, Petrópolis, RJ: Ed Vozes Limitada**, 1971.
- GRUPO DE TRABALHO DE MÃES DA UNB. UnB Notícias, 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/6541-grupo-de-trabalho-de-maes-da-unb>. Acesso em: junho de 2023.
- <https://www.camara.leg.br/noticias/641303-projeto-assegura-a-aluna-gestante-direito-a-atendimento-educacional-diferenciado/>
- <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/05/2020/mulheres-sao-maioria-no-ensino-superior-do-brasil-aponta-pesquisa>
- DE PESQUISA, IBGE Diretoria. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Rio de Janeiro, 2021b**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_dez.pdf. Acesso em: agosto de 2023, v. 22, 2022.

IBGE, IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: junho de 2023.

Indústria & Mercado de Trabalho – Igualdade de gênero e principais desafios (Instituto FSB Pesquisa/ Confederação Nacional da Indústria – CNI, 2023). Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/03/mulheres-na-industria-cni-8mar2023.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

IOP, Elizandra. Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais. **Visão Global**, v. 12, n. 2, p. 231-250, 2009.

IPEDF, Retratos Sociais 2021 - O perfil étnico-racial da população no Distrito Federal. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/RETRATOS-SOCIAIS-COR-RAC%CC%A7A-SUMA%CC%81RIO-FINAL.pdf>. Acesso em: agosto de 2023.

KERGOAT, D. (2003). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*, 55-63.

LEUZE, Kathrin; STRAUß, Susanne. Why do occupations dominated by women pay less? How 'female-typical' work tasks and working-time arrangements affect the gender wage gap among higher education graduates. **Work, employment and society**, v. 30, n. 5, p. 802-820, 2016.

LIMA, Carla Patrícia Novaes. A arte da participação e a participação pela arte: uma experiência nas Casas de Estudantes Universitárias da UFPE. **Serviço Social em Revista**, v. 5, n. 1, p. 47-72, 2002.

LIMA, Raquel dos Santos Sousa; TEIXEIRA, Igor Salomão. Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX. **Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 6, n. 12, p. 113-126, 2008.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. **Revista de sociologia e política**, v. 18, p. 67-92, 2010.

MORENO, M. Como se ensina a ser menina : o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 2003.

NARVAZ, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18, 49-55.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

NICODEMO, Denise; GODOI, Marilda Piedade. Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas. **Revista Ciência em Extensão**, p. 40-53, 2010.

NUNES, Cicera; SILVA, Livia Maria Nascimento. Acesso e permanência na educação superior x exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis. **Direito. UnB**, v. 4, n. 1.

OBANDO, J. M. (2018). A linha tênue entre maternidade e evasão escolar.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Women at the core of the fight against COVID-19 crisis**. OECD Publishing, 2020.

PEREIRA, A. G., RAMOS, R. C., & SILVA, C. M. (2022). Trabalho no lar, cuidado e equidade de gênero: um estudo de caso. *Revista Inter-Legere*, 5(34), c25266-c25266.

PINHEIRO, Isadora Alessandra Sancassani; BALBO, Júlia Lara. GRUPOS MINORITÁRIOS DIANTE DA COVID-19: Uma análise a partir da concepção de racismo estrutural. *Holos*, v. 4, p. 1-14, 2021.

PINTO, Celi Regina J. Uma história do feminismo no Brasil. 2003.

Plugged into the American Dream. Envisioning the American Dream, 2014. Disponível em: <https://envisioningtheamericandream.com/2014/09/25/plugged-into-the-american-dream/>. Acesso em: 01 de set. 2023.

RAUPP, Marilene Dandolini. "A educação infantil nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas." (2002).

REITORA E COLETIVO DE MÃES INAUGURAM 41 FRALDÁRIOS NA UNB. UnB Notícias, 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/6434-reitora-e-coletivo-de-maes-inauguram-41-fraldarios-na-unb>. Acesso em: junho de 2023.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. 2021.

RIBEIRO, Flavia Gripp. Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade, 1976.

SANTOS, C. ABRANTES, P. ZONTA, R. **Limitações Orçamentárias: Desafios à Assistência Estudantil da UnB em tempos de pandemia**. Cadernos Cajuína. Teresina, Piauí, v.6, n.3, p.213-227, mar, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503>.

SARMENTO, N. UnB instala 41 fraldários em banheiros femininos e masculinos. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 de março de 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2023/03/5083688-unb-instala-41-fraldarios-em-banheiros-femininos-e-masculinos.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

SILVA, Juliana Marcia Santos et al. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, 2020.

SOARES, B. V. P., & DIAS, M. D. J. S. (2018). Creche nas universidades: um debate necessário para o ingresso e permanência de estudantes-mães na graduação. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 16(1).

SOUSA, L. P. D., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos avançados*, 30, 123-139.

Souza, L. R., & Oliveira, T. B. (2021). Desigualdades de gênero e pandemia de Covid-19: uma análise a partir da divisão sexual do trabalho. *Cadernos EBAPE*. BR, 19(2), 357-369.

SOUZA, M. Projeto assegura à aluna gestante direito a atendimento educacional diferenciado. Câmara Legislativa, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/641303-projeto-assegura-a-aluna-gestante-direito-a-atendimento-educacional-diferenciado/>. Acesso em: abril de 2023.

Staniscuaski, F., Machado, A.V., Soletti, R.C. *et al.* Bias against parents in science hits women harder. *Humanit Soc Sci Commun* 10, 201 (2023). <https://doi.org/10.1057/s41599-023-01722-x>

UNB APRESENTA PROJETO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA CRECHE NO CAMPUS. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/02/4906284-unb-apresenta-projeto-a-secretaria-de-educacao-para-creche-no-campus.html>. Acesso em: 21 de maio de 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho de Administração. Edital DAC nº 10/2023 - Programa Auxílio Creche. Brasília: Conselho de Administração, [2023]. Disponível em: https://dds.dac.unb.br/images/Editais/2023/Resultado_FINAL_CRECHE_Edital_10_23.pdf. Acesso em 17 de agosto de 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho de Administração. Resolução nº 0025/2023, 20 de abril de 2023. Estabelecer a Política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília. Disponível em: https://sei.unb.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=10849229&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho de Administração. **Resolução nº 0060/2017, de 21 de dezembro de 2017**. Estabelece o Programa Auxílio Creche (PACreche). Brasília: Conselho de Administração, [2017]. Disponível em: https://dds.dac.unb.br/images/Legislacao/18_-_Resolucao_CAD_0060_2017_PACreche.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Subcomitê de Pesquisa Social do Comitê de Coordenação de Acompanhamento das Ações de Recuperação (CCAR). Pesquisa Social UnB: condições para retomada do calendário acadêmico. Nota Técnica. Universidade de Brasília, Brasília, julho de 2020. Disponível em: http://repositoriocovid19.unb.br/wp-content/uploads/2020/07/Nota_tecnica_Pesquisa_Social_UnB.pdf. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Subcomitê de Pesquisa Social do Comitê de Coordenação de Acompanhamento das Ações de Recuperação. Notas Técnicas. Pesquisa Social UnB: condições para retomada do calendário acadêmico, julho de 2020. Disponível em: http://repositoriocovid19.unb.br/wp-content/uploads/2020/07/Nota_tecnica_Pesquisa_Social_UnB.pdf. Acesso em: 9 de setembro de 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Subcomitê de Pesquisa Social. Pesquisa Social UnB: Discentes. Disponível em:

<http://repositoriocovid19.unb.br/wp-content/uploads/2020/07/Apresentac%CC%A7a%CC%83o-Resumida-Discentes.pdf>. Acesso em: 9 de setembro de 2023.

VIEIRA, A. C., de SOUZA, P. B. M., & da Paixão Rocha, D. S. (2019). Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática. *Revista Cocar*, 13(25), 532-552.

WAGNER, Adriana et al. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 21, p. 181-186, 2005.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. 2016.

ANEXOS

ANEXO I - MODELO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Link de acesso ao formulário de inscrição:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdKoy3f4CCR6bOr6kfxUT0QbRsP9d9zO06XJZ5IDvq1SOQPmA/viewform?pli=1>

* Indica uma pergunta obrigatória

- E-mail*
- Nome:
- Idade:
- Onde reside:
- Etnia:
- É gestante?
 - () Não
 - () Sim
- Tem quantos filhos(as)?
- Adentrou a universidade por meio de cota?
 - () Sim
 - () Não
- Participa ou participou de algum programa de assistência estudantil?
 - () Sim, participo atualmente
 - () Sim, já participei
 - () Não
- Preferiria ser entrevistada presencialmente ou online?
 - () Presencialmente
 - () Online
- Informação para entrar em contato:

ANEXO 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Nome do entrevistado(a):
 Nome dos (as) pesquisadores (as)
 presentes: Local da Entrevista:
 Data da entrevista:

Contato inicial:

- **Agradecer** pela disponibilidade em receber o (s) pesquisador (es). Apresentar, de forma breve, os objetivos da pesquisa.
- Explicar as informações contidas no termo de consentimento de entrevista. Solicitar a assinatura do termo de consentimento de entrevista.
- Entregar uma via assinada pelo (a) pesquisador (a) para o entrevistado (PDF).

Procedimentos iniciais:

Preparar o aplicativo ou o telefone para gravação de vídeo/áudio. Iniciar a gravação.

Questões motivadoras para entrevista

Observação: As questões possuem o intuito de motivar o diálogo com o sujeito entrevistado, de forma que se pretende deixar as o diálogo livre para que os (as) entrevistados (as) possam ter liberdade de relatar suas histórias de vida no que concerne às experiências como discentes gestantes e/ou mães no espaço universitário e o papel da Política de Assistência Estudantil nesse processo. Entretanto, sugere-se algumas problematizações motivadoras caso algum (a) entrevistado (a) não consiga interagir.

Questões objetivas:

1. Qual a sua idade?
2. Qual semestre está?
3. É gestante ou está em condição de maternidade?
4. Qual o seu estado civil?
5. Qual a idade dos(as) seus filhos(as)?
6. Reside sozinha ou com mais alguém?
7. Qual a renda familiar? (em salários mínimos)

8. Ingressou na Universidade por meio de cotas? 9. Utiliza ou já utilizou o auxílio creche?

Questões subjetivas:

Objetiva-se por meio destas perguntas compreender como cada discente compreende a partir de suas vivências e experiências a acessibilidade a política de assistência estudantil, para as estudantes gestantes ou em situação de maternidade.

1. Como você avalia a política estudantil da UnB voltada para discentes mães?
2. Acha que a PAE (Política de Assistência Estudantil) atual é o suficiente para suprir as suas demandas?
3. Tem sugestões de como ampliar e aprimorar as políticas existentes?
4. Como avalia o acolhimento no espaço universitário, levando em conta colegas, professores e outros profissionais?
5. Como avalia a questão da infraestrutura da universidade (como fraldários, ter espaços apropriados para crianças)?
6. Consegue acompanhar as aulas?
7. Chegou a trancar um semestre por causa da gestação/maternidade?
8. Cogitou abandonar o curso por causa da dificuldade em conciliar os estudos com a maternidade?
9. Tem uma rede de apoio para cuidado com os(as) filhos(as)?
10. A responsabilidade do cuidado com os(as) filhos(as) é dividida igualmente com o seu/sua parceiro(a) (se tiver)?
11. Se sente sobrecarregada por conta da maternidade?

Considerações finais:

Perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista.

Perguntar se o entrevistado ficou com alguma dúvida.

Finalização e agradecimento:

Agradecer a disponibilidade do entrevistado em fornecer as informações.
Salientar que os resultados da pesquisa estarão à disposição dele (a) e, se tiver interesse, deverá entrar em contato com o (a) pesquisador (a).

ANEXO 3 – PARECER ACEITE CEP**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Maternidade e Política de Assistência Estudantil

Pesquisador: THAYANE DUARTE QUEIROZ

Área Temática: Versão: 2

CAAE: 70065523.2.0000.5540

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.245.084

Apresentação do Projeto:

Este é um projeto de TCC do curso de graduação de Serviço Social da UnB.

Resumo:

O objetivo da pesquisa é investigar as vivências e adversidades advindas da gestação e maternidade no espaço acadêmico, pelas discentes de graduação da Universidade de Brasília, do campus Darcy Ribeiro, regulares no 1º semestre de 2023 e problematizar o alcance e os limites das políticas de assistência estudantil da UnB para estas mulheres.

A hipótese é que o acesso à política estudantil é fundamental para a permanência de discentes que se encontram em situação de maternidade e gestação, da Universidade de Brasília, do campus Darcy Ribeiro. Entretanto, supõe-se que essa política não é o suficiente para suprir as demandas das alunas gestantes ou em situação de maternidade, tanto pela sua disponibilidade, quanto pela necessidade de ações institucionais mais diversificadas e abrangentes para o acolhimento dessas mulheres.

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Primário**

Investigar se, e como, a maternidade e a gestação afetam as discentes da graduação, visando analisar os limites e alcances das políticas assistenciais estudantis voltadas para as alunas gestantes e mães, da Universidade de Brasília, campus Darcy Ribeiro, considerando como temporalidade de análise as discentes regulares do 1º semestre de 2023.

Objetivo Secundário:

1. Investigar a relação entre os fenômenos de gênero, divisão sexual do trabalho e maternidade, visando compreender como estas podem afetar a permanência e o acesso no ensino superior
2. Investigar se a política de assistência estudantil na Universidade de Brasília, e outras ações institucionais, promovem a inclusão das estudantes das estudantes em situação de gestação e maternidade.
3. Entrevistar e analisar as experiências e demandas das discentes gestantes e mães da UnB, do campus Darcy Ribeiro, que estão regulares durante o 1º semestre de 2023.

Avaliação dos Riscos e Benefícios: Texto informado pela pesquisadora: Riscos: Não haverá riscos biológicos, físicos e/ou psicológicos, para além disso a pesquisa manterá a identidade anônima das participantes, bem como cumprirá com as normas estabelecidas nas Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016.

Benefícios:

A pesquisa trará contribuições teóricas e práticas, para a construção de uma base para futuros profissionais que irão trabalhar com mulheres gestantes e na condição de maternidade na Universidade de Brasília. Também será útil para compreender o contexto que essas discentes estão inseridas para o desenvolvimento e/ou aprimoramento de ações institucionais, como as políticas de assistência estudantil. Desse modo, possibilitando mecanismos para a permanência delas no espaço acadêmico, ao atender às suas demandas e desse modo, solidificando o direito à educação superior tornando o ingresso e permanência mais acessível e democrático ao se atentar às diferentes realidades sociais do corpo discente. Contudo, a pesquisadora apresenta carta de revisão ética onde considera possíveis desconfortos e como minimizá-los.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O convite para a participação na pesquisa será divulgada através dos canais informativos do Departamento de Serviço Social. Serão 10 participantes, alunas do departamento de Serviço Social da UnB.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Cronograma atualizado;
- TCLE adequado;
- TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE INFORMAÇÕES E CÓPIAS DE DOCUMENTOS PARA FINS DE PESQUISA;
- CARTA DE ENCAMINHAMENTO; - CARTA DE REVISÃO ÉTICA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- A pesquisadora esclareceu as dúvidas apontadas por este comitê assim como apresentou os documentos assinados, considero aprovado este projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2113996.pdf	04/08/2023 22:21:42		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CARTEENCAMINHAMENTODEPROJETODEPESQUISAPARAAPRECIAAO.docx	04/08/2023 22:20:10	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	ModelodeRelatorio.docx	04/08/2023 22:16:45	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	NotadeEsclarecimento.docx	04/08/2023 22:11:46	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	TERMODEAUTORIZACAO1.pdf	04/08/2023 22:09:06	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	TERMODERESPONSABILIDADE1.pdf	04/08/2023 22:06:05	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	DECLARACAODECOMPROMETIMENTO.pdf	04/08/2023 22:02:00	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	AUTORIZACAOPARAENTREVISTA.pdf	04/08/2023 22:00:48	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	CartadeRevisaoEtica2.docx	04/08/2023 21:54:27	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	CartadeEncaminhamento2.docx	04/08/2023 21:49:35	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.docx	04/08/2023 21:41:41	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Cronograma	cronograma1.docx	04/08/2023 21:40:40	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	SEIUnB9796063Termo.pdf	22/05/2023 18:04:45	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto2.pdf	11/05/2023 09:58:02	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	CurriculoLattesThayaneDuarteQueiroz.pdf	04/04/2023 22:35:50	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	CurriculoLattesBeatriz.pdf	04/04/2023 22:34:37	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito
Outros	InstrumentodeColeta.pdf	04/04/2023 22:08:15	BEATRIZ CORREA DA LUZ COSTA	Aceito

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

BRASÍLIA, 17 de Agosto de 2023

Assinado por:
ANDRE VON BORRIES LOPES (Coordenador(a))